



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



BRUNO ONILIO DE ANDRADE SOUSA LEITE

**ATUAÇÃO DO 9º DISTRITO NAVAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:
PERSPECTIVAS DE INCREMENTO DAS FORÇAS NAVAIS E DE FUZILEIROS
NAVAIS NA REGIÃO**

Niterói

2020

BRUNO ONILIO DE ANDRADE SOUSA LEITE

**ATUAÇÃO DO 9º DISTRITO NAVAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL:
PERSPECTIVAS DE INCREMENTO DAS FORÇAS NAVAIS E DE FUZILEIROS
NAVAIS NA REGIÃO**

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais.

Niterói

2020

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: Atuação do 9º Distrito Naval na Amazônia Ocidental: Perspectivas de incremento das Forças Navais e de Fuzileiros Navais na região

Aluno: Bruno Onilio de Andrade Sousa Leite

Avaliadores

Avaliador 01: Prof. Dr. Bruno Pessoa Vilela (leitor)

Avaliador 02: Prof. Dr. João Rafael G. de Souza Moraes (orientador)

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

À minha família, por estar comigo em todos os momentos da vida.

Ao meu filho Pedro, que me inspira a ser um pai melhor a cada dia.

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito avaliar se os meios navais e de Fuzileiros Navais são suficientes para a região dada a missão da Marinha do Brasil e o tamanho da área de atuação. Para tanto, percorreremos uma discussão acerca da presença militar brasileira na região, com destaque para o poder naval e culminando na análise da atuação do 9º Distrito naval. A região possui uma vasta extensão hídrica, e os meios estão concentrados em Manaus, por limitação de meios e condições econômicas não propícias. A questão da Amazônia ganhou importância depois da metade do século XX. Seu Histórico da ocupação, foi por muitas vezes malsucedido, só passando a se integrar efetivamente ao território nacional após esse período. Ainda carece de incentivos e de uma política de Estado que vise garantir a soberania dessa região ao povo brasileiro. A importância da proteção dos recursos naturais e necessidade de fiscalização de toda a área, pode trazer como demanda a distribuição de meios existentes ou aquisição de novos meios para essas áreas.

Palavras-chave: Geopolítica, Amazônia Brasileira, Amazônia Ocidental, Defesa, Marinha do Brasil na Amazônia.

ABSTRACT

This research aims to evaluate whether the naval and Marine resources are sufficient for the region given the mission of the Brazilian Navy and the size of the area of operation. For that, we will go through a discussion about the Brazilian military presence in the region, with emphasis on the naval power and culminating in the analysis of the performance of the 9th naval District. The region has a vast water extension, and the resources are concentrated in Manaus, due to limited resources and unsuitable economic conditions. The Amazon issue gained importance after the middle of the 20th century. His History of the occupation was, for many times, unsuccessful, only starting to integrate effectively to the national territory after this period. It still lacks incentives and a State policy that aims to guarantee the sovereignty of this region to the Brazilian people. The importance of protecting natural resources and the need to inspect the entire area, may lead to the demand for the distribution of existing resources or the acquisition of new resources for these areas.

Keywords: Geopolitics, Brazilian Amazon, Western Amazon, Defense, Brazilian Navy in the Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Cinturão Defensivo de Fortalezas	11
Figura 2 – As Fortificações Históricas da Amazônia.....	15
Figura 3 – Carta Política do Brasil	20
Figura 4 – Dados Brasil	46
Figura 5 – Efetivos Marinha do Brasil.....	47
Figura 6 – Efetivos MB por Distritos Navais	48

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Recursos Totais para o PCN(1986-2007)	31
Gráfico 2 – Valores do Orçamento MD 2007-2013.....	42
Gráfico 3 – Valores do Orçamento MD 2014-2017.....	43
Gráfico 4 – Orçamento em Defesa América do Sul.....	45

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	CAPÍTULO I- BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO: A INTERIORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	10
1.1	Entradas e bandeiras.....	10
1.2	Expedições de Pedro Teixeira e Raposo Tavares.....	11
1.3	O Tratado de Madri e a configuração atual do território.....	13
1.4	Império e a Constituinte de 1823.....	16
2	CAPÍTULO II- BRASIL REPÚBLICA E A PREOCUPAÇÃO NA GARANTIA DA SOBERANIA DO TERRITÓRIO	18
2.1	Rio Branco e sua diplomacia geopolítica.....	18
2.2	Vargas e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia.....	19
2.3	Governos Militares: Geopolítica da Amazônia em foco.....	21
2.4	A redemocratização e a continuação do desenvolvimento.....	24
3	CAPÍTULO III- A MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA: DEFESA E SOBERANIA	33
3.1	Comando do 9º Distrito Naval e Flotilha do Amazonas.....	33
3.2	Os Fuzileiros Navais na Amazônia Ocidental.....	38
3.3	Perspectivas de incremento de meios e forças	40
	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Introduzindo-se ao tema, não podemos deixar de citar a contribuição da escola determinista de Ratzel, seu impacto aos estudos da Geografia Política e a concepção de Kjéllen, em criar uma nova modalidade de estudos, baseado nas Ciências Políticas, a então geopolítica, a política aplicada aos espaços geográficos (MATTOS, 1977). Assim, surgiria a fonte de estudos em que seriam analisados os fatores políticos sob a ótica das vantagens e desvantagens da Geografia (CASTRO, 1994). E aqui neste trabalho, tenta-se dar um foco em como se deu o início dos estudos e a efetiva prática dos conhecimentos na região amazônica.

Segundo CASTRO, 1994, O Brasil é um país afortunado, devido ao fato de que na época colonial, muito antes de a Geopolítica estar presente entre as ciências, mas já sendo uma intuição a servir aos estadistas privilegiados, nós tivemos em Portugal D. João II (Tratado de Tordesilhas), D. João III (Plano de Colonização), Alexandre de Gusmão (Tratado de Madri), Marquês de Pombal (política amazônica e articulação do território), Conde de Linhares (Político e assessor político de D. João VI). Após a Independência, tivemos José Bonifácio e sua inspiração geopolítica, no Império, o Visconde de Rio Branco, e outros que auxiliaram e auxiliam a criação e conservação de uma visão ampla e objetiva das responsabilidades da nacionalidade para com a preservação e progresso de nosso território.

Inicialmente, para se entender a questão em tela, devemos nos reportar à história onde nos idos do Séc. XV, duas Coroas rivais disputavam a hegemonia dos mares: Portugal e Espanha. Portugal contava com fatores positivos para se colocar à frente dos espanhóis. Além de terem objetivos estratégicos mais definidos, como a ocupação de Açores, Madeira, Cabo Verde e Canárias, tendo com isso, objetivos claros de modo a assegurar a expansão marítima, além de possuir uma posição geográfica mais favorável e uma unificação anterior em relação à Espanha, fatores que contribuíram para que a nação lusitana pudesse desenvolver, uma melhor identidade política. (CASTRO, 1994).

A intenção da época era dividir o Atlântico sob áreas de influência e controle dessas duas grandes potências. Portugal, na área oriental, e Espanha, na área ocidental. Em 1493, regressa a expedição de Colombo, que acredita ter chegado ao extremo Oriente.

Tendo nessa época se intensificado as navegações oceânicas, a América se representava geopoliticamente em uma bipolaridade entre Portugal e Espanha. Com essa bipolaridade, a disputa com os espanhóis no ciclo expansionista fez com que os portugueses se distanciassem de sua demanda para o Oriente, em busca de especiarias, e se deslocassem para o Ocidente, quando então em 1500, tomam posse oficialmente do Brasil.

Naquela época, Portugal contava com uma pequena população, de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes. Tinham, portanto pela frente um grande desafio, de garantia de suas posses no Novo Mundo, diante de corsários e invasores. Além disso, havia as hostilidades por conta dos ameríndios das terras recém descobertas, que dificultavam o expansionismo. Vale destacar também, o caráter continentalista da Espanha à época, enquanto Portugal baseava-se em sua maritimidade. Com isso, a Espanha passou por um período de unificações de reinados, que culminou com a anexação de Portugal ao domínio espanhol, em 1580, período que começou a união entre as duas Coroas. Essa união durou até 1640, quando então foi dissolvida.

A posteriori, temos a efetiva realização do Tratado de Madri, o qual definiu praticamente as atuais fronteiras brasileiras das quais vemos hoje. A partir desse período então, ainda que timidamente, se iniciou a conscientização de defesa do território e manutenção da soberania sobre toda sua extensão.

O que vemos adiante, é então períodos de importante vulto onde se tomaram importantes medidas para que esse território não fosse perdido. Essas medidas se estenderam pelo Brasil Império até o advento do Brasil República onde houve uma intensificação das medidas de proteção e que perdura até os dias atuais.

1 - CAPÍTULO I- BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO: A INTERIORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 Entradas e bandeiras

Tática medieval já conhecida pelos espanhóis, as bandeiras aconteceram durante o período de domínio espanhol, nas possessões ultramarinas de Portugal. Essa tática utilizada pelos primeiros colonizadores do Brasil, e consistia na organização de grupos ou exércitos para sair em expedições, escravizando índios, e buscando metais preciosos ou especiarias de valor tendo porém um viés diferente do que era de costume na península ibérica. Tinha o objetivo de conquistar o espaço brasileiro através de expedições exploradoras, buscando ouro e pedras preciosas, apresando índios, mas nunca uma ocupação militar propriamente dita. (CASTRO, 1994).

Outra característica marcante dessas Bandeiras, era a utilização do curso dos rios para se interiorizar no território.

Dado o período citado, podemos dizer que as casualidades históricas permitiram o início do processo de interiorização portuguesa no Brasil, pois enquanto que na maior parte do séc. XVI o processo de colonização foi um processo estático, mais voltado para o litoral, foi a partir da União Ibérica que se teve o incentivo para a conquista do interior, onde temos as importantes expedições de Raposo Tavares e Pedro Teixeira que culminaram em acordos pela manutenção das regiões descobertas e assim foram traçados e garantidos com esses intentos praticamente os limites atuais do Brasil.

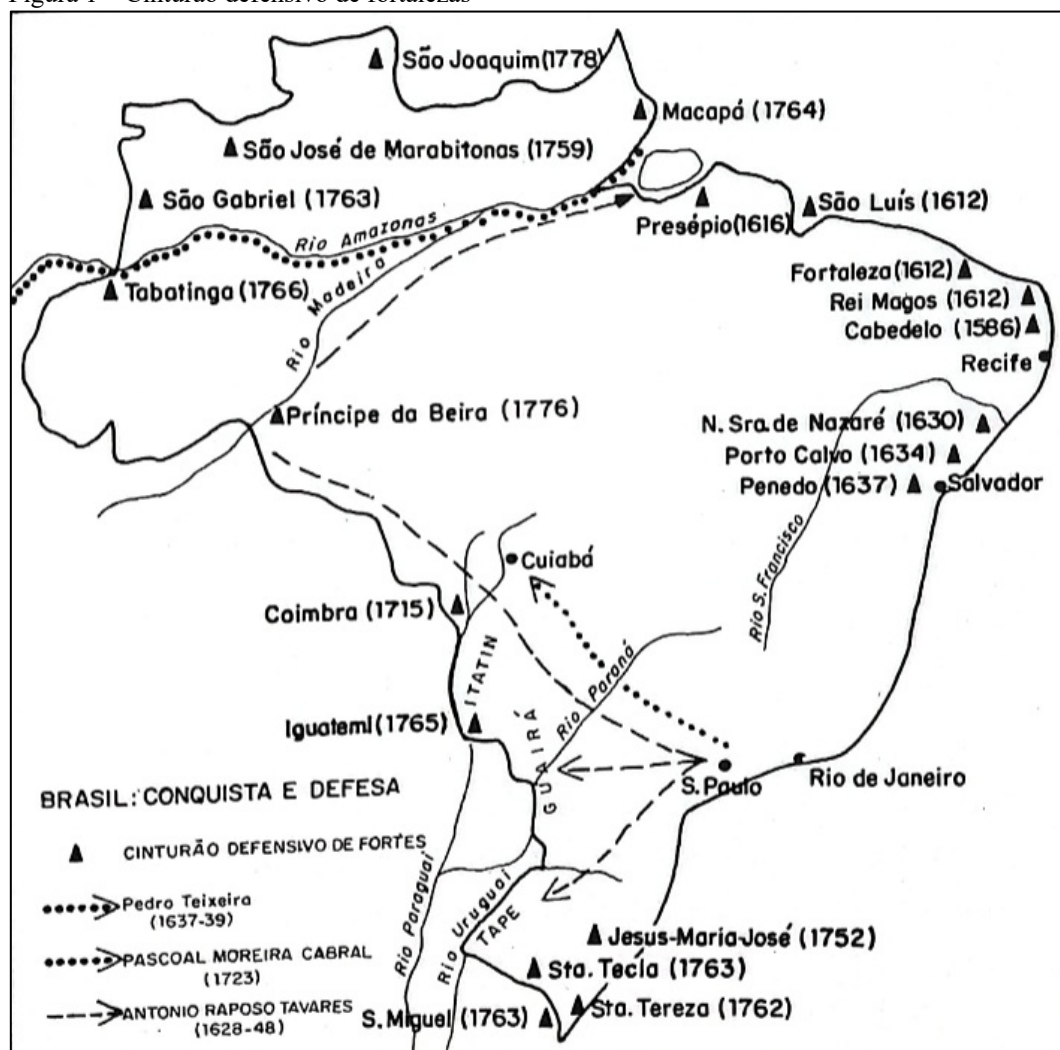
Dentre os precursores da interiorização está a figura de Raposo Tavares (1628-48) que foi o primeiro a realizar o circuito terrestre do Brasil explorando Tape, Guairá e Itatin na bacia Platina, e ligando-se à bacia amazônica em seu retorno. Outro importante explorador foi a Bandeira de Pedro Teixeira (1637-39) que integrou a bacia amazônica ao Brasil impedindo a posse por parte de ingleses.

A União Ibérica foi marcada por muitas foram as tentativas de franceses, ingleses e holandeses de ocupar o território americano. As tentativas na costa atlântica falharam, porém obtiveram sucesso nas Guianas, Caribe e América do Norte.

Quando ocorreu a separação das monarquias com o fim da União Ibérica, o território brasileiro sob o domínio do novo governo português tinha como área quase o seu triplo, virtude da interiorização incentivada pela Espanha e consolidada com o Tratado de Madri. Também é do fim dessa União que se configurou um cinturão defensivo que tinha por objetivo manter

integrado o território brasileiro contra ameaça dos ingleses, franceses e holandeses, e deter o avanço espanhol, vindo do pacífico, nas terras que eles viriam a reclamar, mas que foram asseguradas ao Brasil pelo Tratado de Madri (1750). Esse cinturão passava desde Macapá, São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel, Tabatinga, Príncipe da Beira, Coimbra e Iguatemi até São Miguel, amarrando a fronteira brasileira, conforme mapa abaixo:

Figura 1 – Cinturão defensivo de fortalezas



Fonte: Castro (1994, p. 145)

1.2 Expedições de Pedro Teixeira e Raposo Tavares

O impulso expansionista do bandeirante paulista fez com que partissem do Estado do Maranhão e Grão-Pará as bandeiras fluviais de conquista da Amazônia para a Coroa de Portugal. Segundo o historiador Samuel Benchimol essa expansão teve início com Francisco Caldeira Castello Branco com as bandeiras fluviais paraense-amazônicas. A fundação do Forte do Presépio em Belém, no ano de 1616, serviu de base logística à expansão”.

Pedro Teixeira teve um papel fundamental na expansão do domínio português sobre a Amazônia. Ele comandou uma expedição de exploração da calha do rio Amazonas que percorreu mais de 10.000 Km de rios e trilhas. A missão tinha como objetivo conhecer, explorar e expulsar contingentes estrangeiros que procuravam se fixar na calha do rio. Partiu de Cametá, no Pará, em outubro de 1637, chegando em 1638, ao Alto Amazonas ano em que fez a descoberta do Rio Negro. Em 3 de julho deixou, no Rio Napo, uma parte da guarnição para reconhecer a região e assegurar a retirada. A partir daí então, procurou se fixar na região de modo a garantir à Coroa portuguesa o domínio dessas áreas. (MATTOS, 1994)

As bandeiras de Raposo Tavares classificavam-se no grupo das despovoadoras, destinadas primordialmente a aprisionar indígenas. Asseguraram também a presença portuguesa, evitando a ampliação do domínio espanhol. Em 1628, organizou que lucros ambiciosos jaziam no sertão, desafiando a coragem dos audaciosos, Raposo dedicou-se a organizar uma bandeira em busca de especiarias valiosas que eram encontradas no sertão. Aprontou uma das maiores e mais poderosas que foram organizadas. Em setembro de 1628 Tavares deixou São Paulo, com essa grande expedição que contava com aproximadamente 3.000 homens. Tomou o caminho do Sul e seguiu até alcançar as cabeceiras do Nordeste, fixando-se em pontos convenientes daquela região. Empenhou-se em assegurar a posse dos atuais Estado do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, ocupados então pelas reduções jesuítas. Participou de outra expedição em 1636. Nessa ocasião, dirigiu-se ao Tape, no centro do atual Estado do Rio Grande do Sul expulsando os jesuítas. Entre 1639 e 1642, Raposo Tavares dedicou-se a ações militares. Como capitão de companhia, integrou o contingente enviado do Sul para prestar socorro às forças situadas na Bahia. Em missão semelhante esteve em Pernambuco, onde tomou parte na longa batalha naval contra os holandeses. A última e maior de suas bandeiras, em busca de prata, teve início em 1648 e durou mais de três anos. A expedição percorreu aproximadamente dez mil quilômetros, saindo de São Paulo, seguindo pelo interior do continente, atravessando também a Floresta Amazônica e chegando ao atual Estado do Pará.

Cabe ressaltar também, neste período, as investidas estrangeiras. Os holandeses, em 1598, realizavam a primeira expedição à Guiana e, no ano seguinte, alcançaram o Amazonas, penetrando-o e estabelecendo pequenas feitorias defendidas e posições armadas. Tendo descoberto o caminho para o Amazonas, onde se depararam com preciosas matérias-primas vegetal e animal, campo aberto às suas disposições mercantis, acolhimento generoso de parte dos habitantes locais, e não tendo oposição dos espanhóis, ingleses e holandeses, tentando dessa

maneira estabelecer-se na região. Em 1600, os holandeses estabeleceram-se com as feitorias de Orange e Nassau no Xingu, e os ingleses basearam-se nas margens do Oiapoque.

Do ponto de vista geopolítico, observa-se nessa época o gradual deslocamento do centro de poder de São Luís para Belém pois estava melhor posicionada para vigiar a boca do grande rio, ameaçado pelas constantes incursões de navegantes estrangeiros, sendo eles franceses, holandeses e ingleses. Servia também como base logística para as expedições exploratórias dessa grande bacia, respondendo às preocupações de Portugal, relativas às notícias de instalação de fundações religiosas espanholas nos cursos do Amazonas e seus afluentes. (MATTOS, 1980)

Os franceses começaram a lançar vistas sobre a Amazônia já a partir do século XVII. É nesse momento que se estabelece a primeira posição francesa na ilha de Mocambo, que foi denominada Caiena. Porém, os portugueses não se mantiveram inativos quanto à conquista da costa do Macapá até o Amazonas. Aconteceram duros embates nessa região, até se estabelecer o território do Brasil que atualmente corresponde ao Estado de Macapá. (REIS, 1960)

1.3 O Tratado de Madri e a configuração atual do território

A diplomacia de Alexandre de Gusmão fez com que fosse possível implantar-se o o Tratado de Madri, que tinha dois princípios que trariam uma solução para as questões de limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América. Eram eles o *uti possidetis*, e o do reconhecimento de que problemas de limites territoriais entre as duas Coroas deveriam ser resolvidos levando-se em conta primeiramente os interesses das ditas colônias e depois os das respectivas metrópoles. (MATTOS, 1994)

Alexandre de Gusmão, segundo Jaime Cortezão, materializava formalmente aquilo que os bandeirantes já haviam conquistado. Com a aceitação de seus princípios por ambas as Coroas, ao se firmar o Tratado de Madri, deu o reconhecimento de direito das conquistas de portugueses e bandeirantes de além-Tordesilhas. Oficializou entradas e bandeiras que haviam atingido os confins do Oeste e do norte amazônico, ali deixando os marcos e as marcas de sua posse. (MATTOS, 1979).

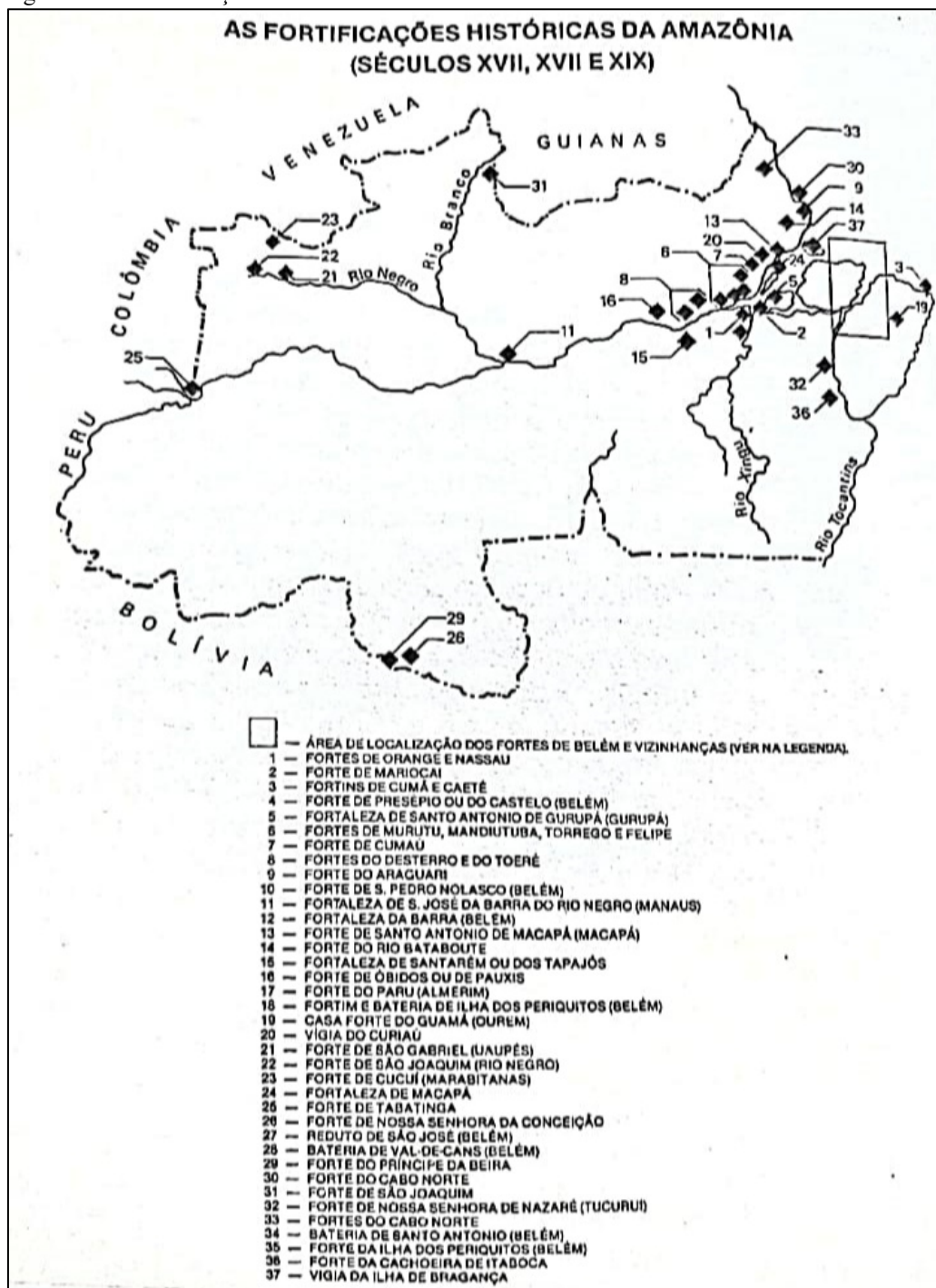
A ação do governo de Lisboa, protegendo a cobiçada foz do Amazonas, expulsando os aventureiros ingleses, holandeses e franceses que se investiram rio acima, e expandindo os marcos de ocupação lusa até as proximidades das nascentes andinas do grande rio amazônico e seus principais afluentes da margem norte, possibilitou aos demarcadores de fronteiras, através do Tratado de Madri, comprovar que a ocupação lusa do imenso leque norte e oeste do grande

rio e seus afluentes já existia, dando nascimento ao atual delineamento da fronteira da Amazônia brasileira. Importante destacar a figura de Mendonça Furtado, que criou as vilas interioranas da grande bacia. Primeiramente Barcelos, no rio Negro, que viria a se tornar Capitania de São José do Rio Javari, porém a criação dessa capitania se daria na Vila Nova de São José, no Rio Javari, afluente do Solimões. O intuito dessa criação nesse lugar pode ser explicado por castas mandadas pelo Marques de Pombal à Mendonça Furtado, onde fixava os objetivos geopolíticos da expedição: “o novo governo do rio Negro deve ser promovido com o maior cuidado pela indispensável necessidade de se povoar essa fronteira ocidental e segurarmos com ela a navegação do rio Madeira para o Mato Grosso, e a passagem daquelas Minas para o Cuiabá”. (MATTOS, 1979))

Segundo MATTOS (1979), consegue-se concluir que a análise das cartas pombalinas mostra a estratégia geopolítica amazônica de Portugal em meados do século XVIII, que se configurava em:

Ocupar, colocando nomes portugueses, os espaços amazônicos ao norte (capitania do Cabo Norte), noroeste e oeste (rios Negro, Branco e Solimões) e sudoeste (rios Purus e Madeira) e instalar no rio Madeira um entreposto comercial que assegure a intercomunicação da região amazônica com Cuiabá, ponto extremo de comunicação com o sudeste e sul. Assim, articulava-se todo o espaço brasileiro. Para isso, fazia-se necessário a defesa desta vasta região, como podemos observar no mapa abaixo:

Figura 2 – As fortificações históricas da Amazônia



Fonte: Mattos (1980, p. 40)

No fim do período colonial, a Amazônia estava dividida em 10 circunscrições político-territoriais entre capitanias gerais e secundárias, todas subordinadas ao poder central, o que lhes dava um caráter mais autônomo, e garantiram a presença da soberania, ação política e defesa militar portuguesa nessa região. Eram: Maranhão, Grão-Pará, Tapuiara, Tapera, Gurupá, Cametá, Cabo Norte, São Jose do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás.

Nesse período a comissão demarcadora de limites obtidos pelo Tratado de Madri, passam e ser exercidas por Lobo d'Almada que instalou a sede da sua administração no forte de São Gabriel, reorganizou o dispositivo militar da região composto essencialmente dos fortes de São Jose do Rio Negro (hoje Manaus), São Gabriel e São Jose de Marabitanas, continuou os reconhecimentos do Rio Negro e realizou a exploração do Rio Branco. (MATTOS, 1979)

A partir desses relatos, já pode-se perceber a evolução no que diz respeito à preocupação geopolítica da região. Esse embrião surgido nessa época demonstra que a conscientização acerca da soberania do território já se mostrava presente.

1.4 Império e a Constituinte de 1823

Importante figura à época da independência, pode-se citar a pessoa de José Bonifácio cuja visão geopolítica de um Brasil grande-nação se traduziria em importantes ideias para o Brasil.

A primeira preocupação voltava-se para o problema político da unidade brasileira; era conveniente que se estabelecesse um governo geral executivo no Reino do Brasil, a cuja autoridade ficassem sujeitos os governos provinciais.

Uma outra medida seria a fundação de uma cidade central no interior do Brasil, na latitude aproximada de quinze graus e em lugar de clima temperado, para instalação da capital. (Sugeriu que fosse em Paracatu, na província de Minas Gerais). O Rio de Janeiro, cidade marítima e mercante exposta a qualquer ataque externo. Nessa cidade central teria assento o governo nacional, com a corte ou a regência, um tribunal supremo de justiça, um conselho de fazenda e uma direção geral da economia pública para superintender obras diversas. Da capital fundada no interior do Brasil se abririam estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em comunicação com todo o país, fomentar o comercio interno e levar a obra de auto conquista e auto colonização do vasto território brasileiro. Seria o início de uma nova política, oposta à que se tinha até então predominado, voltada de preferência para a exploração litorânea. Isso demonstra que a visão geopolítica de Jose Bonifácio estava à frente de seu tempo (MATTOS, 1979)

Também encontramos importantes figuras como Joaquim Caetano da Silva, de autoria de uma obra de pesquisa histórica em defesa de nossos direitos sobre a fronteira Norte, contestada pela França. Rio Branco se utilizou dessa obra para fundamentar os nossos direitos sobre o Amapá. (MATTOS, 1979)

Após a independência, a Amazônia ficou reduzida a 4 províncias: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, sendo que as três últimas abrangiam somente parte do território amazônico. Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, proporia em 1849, sua nova divisão, na qual a Amazônia seria dividida em oito províncias: Centro Amazonas, Rio Negro, Paraguai-Xingu, Madeira, Pará, Novo Piauí (Amapá), Goiás e Maranhão. Porém, a administração imperial do atendeu a única modificação a estrutura territorial implantada pela constituição de 1824: em 1850 foi criada a província do Amazonas, antiga capitania de São José do Rio Negro, com sede em Manaus, desmembrando-se seu território da província do Pará.

Durante os 67 anos que durou o Império, somente duas formulações territoriais abrangeram a região amazônica brasileira – primeiro a criação da Província do Grão-Pará, e depois seu desdobramento em duas províncias, do Grão-Pará e do Amazonas, dividindo também a área administrativa anterior. Considerando-se que o poder central do Império, situado no Rio de Janeiro, alcançava territórios do extremo norte com muito menos intensidade que o poder de Lisboa, pode-se concluir que durante o Império, a região amazônica viveu época de quase abandono e estagnação administrativa. Careceu de divisão territorial adequadas suas dimensões.

Em 1852, o Visconde de Mauá, com apoio de subsídio fornecido pelo governo imperial, criou a primeira empresa de navegação a vapor para operar no rio Amazonas, a Companhia de Navegação e Comércio. Em 1858, se deu a promulgação do decreto que declarou livre o comércio e navegação pelas águas do rio Amazonas, entre o império e a república do Peru. A justificativa era de que abrindo aos navios mercantes de todas as nações, a navegação pelo rio Amazonas promoveria o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as relações internacionais e animando a navegação e comércio do rio Amazonas e seus afluentes. Essas medidas coincidiram com o início da era da borracha, que promoveu uma corrida internacional pelo látex brasileiro.

Nesse mesmo período, ocorria a grande seca nordestina, em 1877, que levou à migração em massa para a região. A chegada dessa leva de nordestinos promoveu uma grande ocupação na região dos afluentes meridionais, como as bacias do Purus e Madeira, onde a concentração de madeira era mais densa.

2 - CAPÍTULO II- BRASIL REPÚBLICA E A PREOCUPAÇÃO NA GARANTIA DA SOBERANIA DO TERRITÓRIO

2.1 Rio Branco e sua diplomacia geopolítica

Segundo MATTOS (1980), pode-se dizer que os 25 primeiros anos da república foram marcados pelo apogeu da borracha, refletindo no surto econômico e social da região amazônica. Manaus e Belém transformaram-se em centros de grande atração comercial. Inúmeras companhias de navegação europeias e norte americanas estabeleceram linhas de passageiros e carga que ligavam os principais portos do mundo com os dois portos amazonenses. Apesar disso, foi também nesse período, que ocorreu a crise acreana, criando difícil situação à diplomacia brasileira. Ela ocorreu devido à valorização pelo surto econômico da borracha, nas áreas fronteiriças não-demarcadas entre Brasil e Bolívia. Essa questão foi pacificada diplomaticamente pelo Barão do Rio Branco, culminando no Tratado de Petrópolis, segundo o qual o Brasil incorporou a região do Acre oferecendo em troca compensações territoriais e infraestrutura.

Durante os anos seguintes da República, manifestou-se várias vezes a preocupação com o abandono do vazio amazônico. De fato, ninguém poderia esperar que o governo estadual, sediado em Belém ou Manaus, tivesse poder político ou econômico para irradiar sua ação muito distante da sede. Nas fronteiras, nos pontos onde havia contatos internacionais, como no Negro, Branco, Solimões, Madeira, algumas frações do Exército, isoladas praticamente do Brasil, marcavam os limites de nossa soberania. Este foi o quadro nos primeiros 50 anos da República. Houve projetos de rearticulação do espaço nacional, como os de Everardo Backeuser, propondo uma divisão territorial pelo critério da equipolência econômica e política. Por esse critério a Amazônia estaria dividida em 36 unidades administrativas. Vieram ainda alguns projetos durante a revolução de 30, prevendo a divisão em 23 departamentos. Logo após a vitória na Revolução de 30, intensificou-se a pressão a favor da formulação do problema territorial brasileiro. (MATTOS, 1980)

Anteriormente, em consequência do Tratado de Petrópolis de 1903, o governo federal havia criado o território Federal do Acre (1904), contrariando os interesses do Estado do Amazonas, que pretendiam a anexação acreana ao seu território.

Fruto da 1ª Constituição Republicana de 1891, o art. 4º previa que Estados então criados poderiam incorporar-se entre si, desmembrar-se para anexar outros ou formar novos Estados

mediante aprovação das respectivas Assembleias Legislativas. Este dispositivo nacional, abria caminho para a reorganização do espaço político brasileiro. (MATTOS, 1980)

A Constituição de 1934, primeiro após a vitória da Aliança Nacional Libertadora (Revolução de 30), cria uma nova jurisprudência no direito constitucional brasileiro. Agora, “logo que tiver 300000 habitantes e recursos suficientes para manutenção dos serviços públicos, o território poderá ser erigido em Estado”. (MATTOS, 1980)

2.2 Vargas e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia

Foi preciso um governo executivo forte como o de Getúlio Vargas para começar a derrubar os privilégios estaduais. A Constituição de 1937 rompeu a iniciativa estadual para a criação de Territórios Federais. Com isso, o governo federal adota uma firme posição a favor de uma reorganização do território brasileiro. Em 1943, foram criados cinco territórios federais, todos em regiões fronteiriças: Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Amapá, Ponta Pora e Iguaçu. Mantiveram-se os três primeiros, sendo os dois últimos extintos pela Constituição de 1946. Muito se ponderou para a reanexação dos territórios amazônicos, mas a maioria dos constituintes de 1946, não aprovou suas extinções. (MATTOS, 1980)

Como Importante medida fundamentada pelo Art. 199 da Carta de 46, regulamentado pela Lei 1806 de 1953 foi a criação da Amazônia Legal pelo Congresso Nacional. Essa área delimitada por Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e partes de Mato Grosso e Goiás contou com diversos incentivos fiscais como o que estipulou que 3% da renda federal ao desenvolvimento da região amazônica. (MATTOS, 1980)

A inauguração de Brasília, no Planalto Central possibilitou a maior aproximação da Amazônia favorecendo assim a integração nacional. O centro das grandes decisões nacionais deslocava-se para perto da região.

De acordo com MATTOS(1980), defendia o professor Samuel Benchimol, a divisão da bacia amazônica em 8 Estados e 14 Territórios Federais: Mato Grosso Do Norte, Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas, Para, Maranhão, Acre e os territórios federais do Marajó, Trombetas, Rio Negro, Japurá, Juruá, Purus, Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Tocantins, Alto Amazonas e Solimões. Dessa maneira seria possível uma melhor administração dessa região e possibilitaria uma melhor gestão e garantia de soberania.

A black and white map of the Brazilian Amazon region, showing the boundaries of various states. The states labeled are: Rio Negro, Amazonas, Javari, Juruá, Purus, Guaporé, Madeira, Tapajós, Xingu, Pará, Marim, Parnaíba, Jaguaribe, Borborema, Guaranés, Itapouru, Tocantins, C. Francisco, Bahia, Araguaia, Cuiabá, Goiás, Minas, Jequitinhonha, Aimore, Mantiqueira, Piratininga, Iguaçu, Laguna, and Piratini.

Fonte: Mattos (1980, p. 66)

A partir de 1946, começou-se a falar de Plano de valorização Econômica da Amazônia. Somente em 1953, pela lei 1806 foi definido que: a Amazônia legal; conceituou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, como um esforço de ocupação territorial da região; e criou-se a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, destinada a elaborar o Plano de Valorização e promover o desenvolvimento.

A construção da estrada Belém-Brasília, representou fato de grande importância geopolítica e trouxe importante repercussão estratégica de integração amazônica. E com a transferência da capital para o Planalto central, essa estrada ganharia ainda mais importância. Nessa década de 1960, começam os trabalhos da Cuiabá-Porto Velho, e projetos para estendê-la até Rio Branco, criação do Banco de Crédito da Amazônia e planejamentos para o desenvolvimento amazônico. (MATTOS, 1980)

2.3 Governos Militares: Geopolítica da Amazônia em foco

Presidente Castello Branco

Em seu governo ocorreram grandes e importantes transformações como a da SPVEA em SUDAM, aumentando o poder de coordenação regional, transforma-se o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia, com mais poderes e recursos, cria-se a Zona Franca de Manaus, destinada a atrair interesses financeiros e econômicos para a Amazônia Ocidental. A criação da Zona Franca representou um artifício geopolítico visando a acelerar o processo de interiorização do território. (MATTOS, 1980)

Governo Costa e Silva

Já em seu governo, outras importantes medidas foram adotadas, como a transferência da sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus. Significou, portanto, deslocar o polo de irradiação de ação governamental militar para a Amazônia ocidental. Também foram construídas várias rodovias dentre as quais destacam-se Porto velho – Rio Branco, Rio Branco – Cruzeiro do Sul, Manaus – Caracará- Boa Vista e Cuiabá – Santarém. (MATTOS, 1980)

Governo Médici

Nesse período se deu um grande desenvolvimento da malha viária na Amazônia. Muitas das estradas iniciadas pela engenharia militar no governo anterior receberam maiores recursos e grande impulso. Acrescentou em seu governo as seguintes rodovias: Transamazônica (2300 km); Porto Velho – Abunã – Rio Branco – Feijó – Cruzeiro do Sul (1000 km); Lábrea – Boca do Acre – Rio Branco – Xapuri (880 km; Humaitá – Lábrea (230 km); Manaus – Humaitá – Porto Velho (760 km); Cruzeiro do Sul – Benjamin Constant – Içana – Curuí (1750 km); Perimetral Norte – Macapá – Caracará – Içana – Mitu (2450 km), das quais as que merecem mais destaque são a Transamazônica e a Perimetral Norte, paralela com à fronteira com as Guianas, Venezuela e Colômbia. (MATTOS, 1980)

No setor hidroviário, foi prevista a construção e melhoria de vários portos nos rios Amazonas, Purus, Xingu e Tocantins. No aeroviário, previu-se a construção de vários aeródromos por toda a extensão Amazônica. (MATTOS, 1980)

O Programa de Integração Nacional, lançado pelo Presidente Médici, concebeu a ocupação do espaço Amazônico à base da construção das duas grandes rodovias – Transamazônica e Cuiabá-Santarém, estabelecendo-se um plano de colonização baseado na

estratégia de polos do desenvolvimento. Eram as agrovilas (500 a 1500 habitantes), as agrópolis (cerca de 3000 habitantes) e as Rurópolis, apoiando as outras duas, com raio de 140 km de ação. Porém, devido à falta de recursos devido à crise do petróleo e a dificuldade em sua implantação paralisou o modelo. (MATTOS, 1980)

Governo Presidente Geisel

Lançou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, mais conhecido como Polo Amazônia, na tentativa de reativar o processo de colonização do governo anterior. O esforço do governo se deu prioritariamente nos seguintes polos: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Tapajós, Acre, Rondônia, Juruá-Solimões, estão entre os principais. Porém, esses projetos não conseguiram ser efetivados em sua plenitude, devido principalmente à crise do petróleo. (MATTOS, 1980)

No período dos cinco governos militares, houve um grande esforço para dotar a região de infraestrutura e assegurar a exploração e circulação da economia. (MATTOS, 1980)

Tratando-se da política vitória, buscou-se articular a Amazônia com o Planalto Central. Nas medidas de Implantação de levantamento de solo e subsolo, temos o Projeto RADAM (radar na Amazônia), LANDSAT e ERTZ. Na parte da reformulação administrativa, surge a SUDAM, em substituição a SPVEA, dispondo de autoridade e recursos maiores. Também foi incentivada a criação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que buscava criar um polo de desenvolvimento no centro geográfico da Amazônia, necessitando-se atrair capitais e mão de obra especializada. O projeto energético completaria a infraestrutura de base. Deu-se realização de importantes planos como a Hidrelétrica de Tucuruí, e o Projeto Carajás. (MATTOS, 1980)

No campo das telecomunicações conseguiu-se um avanço extraordinário, pois no início da década de 60, era praticamente impossível falar para fora da região, dependente exclusivamente de um precário sistema de telegrafo. (MATTOS, 1980)

A atividade de cooperação com desenvolvimento das Forças Armadas, também mereceu e merece destaque. A Amazônia, desde os tempos coloniais, vem sendo para as instituições militares brasileiras, uma área de aplicação de esforços de desbravamento e fixação do homem na fronteira. Marinha, Exército e Aeronáutica mantém esforços para manter sua missão, principalmente nas regiões mais longínquas. (MATTOS, 1980)

Segundo MATTOS (1980), a tese de preservação da natureza Amazônica, vem sendo tratada por certos grupos que se dizem nacionalistas com certa ignorância ou má-fé. Jarbas

Passarinho, ex-governador do Estado do Pará discorre sobre o assunto como pode-se observar no trecho abaixo:

“Há os que pretendendo defender a Amazônia, procedem com tal exacerbação ecológica, que acabariam, se ouvidos, a aliar-se à tese: deixar os 5 milhões de km² da Amazônia Brasileira preservada, intocada, para daqui a um século tentar o seu desenvolvimento. Em compensação não haveria perigo de desmatamento, nem sofreria o ecossistema. Alguns estrangeiros incultos babariam de gozo pela preservação da ‘fabrica mundial de oxigênio’. Já o notável naturalista Melo Carvalho, presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, esclareceu, com a sua responsabilidade de PhD em Botânica, que essa estória de fábrica de oxigênio é uma grossa balela, pois o oxigênio que as arvores produzem de dia elas mesmo consomem a noite, de tal sorte, que ao longo de 24 horas, o saldo é zero”.(MATTOS, 1980, p 114)

O Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília a 3 de julho de 1978, por 8 países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), representou um grande avanço diplomático, reunindo, num proposito de desenvolvimento internacional, as nações participantes da imensa Bacia Amazônica. (MATTOS, 1980)

Entre seus artigos, merecem destaque:

A competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia; a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e consequente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado; a cooperação regional, de maneira a facilitar a realização desses objetivos; o equilíbrio e harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica; absoluta igualdade entre todos os parceiros. (MATTOS, 1980, p 122)

Reservar às nações amazônicas a responsabilidade pelo destino da área, se transmite em na melhor solução para coibir o reaparecimento de ideias de internacionalização. Razoes ponderáveis militam a favor da importância do Pacto Amazônico para o Brasil. Das dez fronteiras internacionais do Brasil, sete se encontram quase integralmente na área drenada pela bacia Amazônica. (MATTOS, 1980, p 122)

Referente ao Tratado de Cooperação amazônica (TCA), algumas ideias eram desejadas de se concretizar por parte dos estrangeiros, a começar pela ideia de internacionalização da Amazônia, que resultou no Acordo de Iquitos, de abril de 1948, pelo qual a UNESCO tentou criar o chamado Instituto Internacional da Hileia Amazônica, destinado a orientar e apoiar a execução de pesquisas científicas na região e centralizar e difundir os resultados. Sujeito à ratificação pelos respectivos governos, o Acordo de Iquitos não se concretizou, tendo sido recusado pelo Congresso Brasileiro e por outros governos regionais, pois viam nessa iniciativa uma porta aberta para o projeto de internacionalização da Amazônia, embalado pelas grandes potências. O Instituto da Hileia Amazônica, seria uma notável desapropriação da região em benefício de programas extranacionais e supranacionais. (MATTOS, 1980)

De modo a manter uma maior influência na região, procurou-se por aproximar com nossos vizinhos através de acordos bilaterais. Com o Peru por exemplo, temos uma fronteira até certo ponto privilegiada do ponto de vista vial, pois o sistema fluvial Amazonas, Solimões, Marañon coloca Iquitos, maior centro urbano amazônico fora do Brasil, em contato com Manaus e Belém. A Colômbia, é outro importante vizinho amazônico. Temos com Bogotá uma importante ligação econômica e política. Com a Venezuela, temos uma grande fronteira terrestre.

O grande entusiasmo com a Assinatura do Tratado Pan-Amazônico, se deu no momento em que os países amazônicos abandonaram suas prevenções e pequenas rivalidades e se uniam num projeto regional comum, indispensável para assegurar a elevação do padrão de vida dos povos ribeirinhos e o progresso econômico da área banhada pela imensa calha hidrográfica. (MATTOS, 1980)

2.4 A redemocratização e a continuação do desenvolvimento

Governo Sarney

Esse governo foi marcado por tentar retomar o processo de desenvolvimento. Nesse período ocorreu uma aproximação com o presidente venezuelano da época, Carlos Andres Perez, removendo obstáculos que retardavam a conclusão da rodovia internacional Boa Vista – Caracas, facilitando assim nosso acesso a região do Caribe e aumentando laços com a Venezuela à época. Criou e iniciou a implantação do Programa Calha Norte, o qual já vinha sendo articulado no período militar, e que tinha por objetivo proporcionar condições de segurança e desenvolvimento social e econômico à região amazônica da fronteira Norte e estimular os contatos terrestres com os vizinhos (Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa). O projeto abrange 1 milhão e 200 mil km² e uma fronteira linear de 6770 km, e abarca as regiões da calha das bacias dos rios Amazonas e Solimões, área despovoada e guardada pelo Exército, em que o objetivo era levar à ocupação dessa área unidades dos ministérios civis, além de fortalecer estrutura militar já existente desde a época colonial. Ao dar continuidade às ações políticas para a Amazônia, Sarney adotou uma postura defensiva em relação às críticas dos ambientalistas, em contraposição à postura mais agressiva dos militares no período anterior. Nos dois períodos, o que sobressaiu foi o fato de que a soberania nacional foi utilizada como centro da argumentação para defender os direitos do país sobre seu território. (MATTOS, 2002)

De acordo com Carvalho (2001), ainda no governo Sarney, com a crescente inserção de novos atores no cenário político, incluindo um emergente movimento ambiental, no Brasil e no exterior houve, aos poucos, uma aparente mudança na postura governamental e no seu discurso sobre as questões ambientais e o desenvolvimento da região amazônica. Essa pressão motivou a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do programa governamental Nossa Natureza, tentativas iniciais de incorporação das preocupações ambientais no modelo de desenvolvimento.

Ainda em seu governo, em 1988, Sarney lançou oficialmente o Programa Nossa Natureza, por meio do Decreto nº 96.944 de 12 de outubro. Também introduziu uma nova legislação ambiental bastante avançada e criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Em 1989 deu-se a articulação da Declaração de Manaus, que tinha como objetivo deixar claro ao resto do mundo que os países Amazônicos eram os únicos responsáveis pelo seu território, e que não permitiriam que outros países interferissem a fim de impor suas condições. (SILVA, 2004)

Em 1989, a terceira reunião dos Chanceleres do TCA, levou a assinatura da Declaração de Quito. Esta reafirmava a vontade política dos Estados membros de continuar apoiando o processo de cooperação amazônica. O documento destaca a criação de duas comissões voltadas aos assuntos de Meio Ambiente e de Assuntos Indígenas e, também aprova as instalações da Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM) e da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia (CECTA). (SILVA, 2004)

Governos Itamar Franco e Fernando Collor

Durante os governos de Fernando Collor e de Itamar Franco, continuou crescente a importância atribuída pelos discursos oficiais às questões ambientais, mas prevaleceu a ênfase nos temas relacionados à segurança e à preservação do território.

Nesse período, o fim da Guerra Fria tivemos a ascensão das chamadas “novas ameaças” à segurança internacional, também conhecidas como “ameaças irregulares”, destacando-se: o tráfico de drogas, o crime organizado, as guerrilhas, o terrorismo, além dos problemas ambientais. Neste sentido, a Amazônia brasileira passou a ser encarada pelos militares como uma zona de vulnerabilidade estratégica, uma vez que constitui arena privilegiada para a expansão potencial da maioria destes problemas (SILVA, 2004)

Numa tentativa de mitigar esta vulnerabilidade, a extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça

apresentaram à Presidência da República a Exposição de Motivos nº 194, aprovada em 21.09.1990. Essa exposição culminou na emissão de diretrizes da Presidência, determinando o que cada um deveria fazer para proteger o meio ambiente, racionalizar a exploração dos recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A partir daquele momento, o Ministério da Aeronáutica foi encarregado de implantar o SIVAM. (SILVA, 2004)

Em 1992, as questões ambientais culminaram na realização da ECO 92, a segunda conferência da ONU sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro. O Brasil buscava assim se capacitar para ser articulador, negociador e ator internacional para eventos do porte da Conferência, que era o primeiro evento internacional no pós-Guerra Fria, um momento decisivo para retomada do multilateralismo no sistema internacional. O fato de o Brasil ser escolhido como país sede, tinha como objetivo demonstrar a importância dada à região amazônica no debate ambiental internacional.

A Conferência Rio 92 é vista, então, como uma grande oportunidade para o Brasil conseguir, juntamente com os países menos desenvolvidos (em especial seus vizinhos da América Latina), convencer os Estados mais ricos a repassarem recursos e tecnologia aos mais pobres, para apoiar o desenvolvimento e também os projetos de gestão das respectivas “áreas verdes”. (ANTIQUERA, p. 114)

A conferência foi um marco para o período, pois além das reuniões com os representantes Estaduais, onde também houve participação da sociedade civil por meio da realização do Fórum Global da sociedade civil. As discussões ambientais, após a Conferência ganharam um novo eixo, o conceito de desenvolvimento sustentável, que teve como uma de suas primeiras expressões o TCA, e garantiu elementos de continuidade aos esforços dos Estados amazônicos de desenvolver a região.

Devido às pressões externas pela preservação ambiental, o Brasil criou diversos projetos para garantir sua soberania no território, buscando demonstrar sua preocupação com as questões, mas também deixar claro seu interesse em desenvolver a região da Amazônia. Um desses projetos é o PPG-7, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, proposta feita ao Brasil pelos Estados integrantes do G-7, o projeto entrou em vigor em 1992, coordenado do Ministério do Meio-Ambiente, financiamento externo e dos governos federal, estadual e de organizações civis.

Em 1993, como reflexo da ação dos novos atores e da consolidação do debate em torno dessa temática (no âmbito nacional e no internacional), foi criado o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal e lançado o Programa Nacional do Meio Ambiente. Nesse mesmo sentido foram criados os programas “Brasil em Ação” e “Avança

Brasil” durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que retomou, ainda, de acordo com Carvalho (2001), os grandes investimentos em infraestrutura na região amazônica, visando à inserção do Brasil na economia global, por meio de saídas para o Atlântico, o Caribe e o Pacífico, com a utilização de corredores de exportação.

Governo Fernando Henrique

Já no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) elaborou-se o documento Política de Defesa Nacional (PDN), primeiro documento lançado pelo governo brasileiro que tratava somente sobre aquele assunto. O documento de 1996 fala sobre a necessidade de defender o território nacional da ação de bandos armados que atuam nos países vizinhos (como as FARC da Colômbia), e também proteger a Amazônia do crime organizado internacional. Segundo consta no PDN “No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação” (SILVA, 2004).

Com relação ao crime organizado internacional, houve intensificação do combate ao tráfico de drogas no continente, principalmente a partir do final dos anos 90. Continuavam, porém, outros problemas antigos, como o difícil controle do desmatamento, uma rica biodiversidade ainda pouco explorada e suscetível a biopirataria, garimpos predatórios e ilegais, além dos inúmeros conflitos entre brancos e índios pela posse de terras. Todas estas questões aumentavam a necessidade de planos estratégicos que promoviam o monitoramento e a defesa da região. Sendo assim, o PCN e o SIVAM/SIPAM, tornaram-se componentes importantes da política de defesa nacional. (SILVA, 2004)

Com o objetivo de combater a produção e o tráfico de drogas, preservar o meio-ambiente e controlar as questões relativas ao crime organizado internacional, o Estado criou o projeto militar SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia – que entrou oficialmente em vigor no ano de 2002 e viabilizou vigilância de 5,2 milhões de km². (MARQUES, 2007)

O Sistema de Proteção da Amazônia e de Vigilância da Amazônia (SIPAM/SIVAM) surgiu da Exposição de Motivos nº 194 do Ministério da Aeronáutica, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e do Ministério da Justiça, ao presidente da República Fernando Collor de Mello (1990), sobre a necessidade de haver um sistema eficiente de produção e processamento de informações qualificadas sobre e para a região amazônica. O SIVAM constitui a infraestrutura de vigilância e análise do SIPAM, cujo objetivo, além da proteção territorial e

patrimonial da Amazônia e da defesa da soberania nacional na região, é sistematizar e otimizar as ações dos órgãos governamentais que atuam na região a fim de potencializar as políticas públicas ali estabelecidas. O SIVAM/SIPAM abarca toda a área da Amazônia Legal, e sua estrutura abrange o sensoriamento remoto, a vigilância e controle do tráfego aéreo e de superfície, a monitoração ambiental e meteorológica, a exploração e monitoração de comunicações. (MARQUES, 2007)

A concepção e o gerenciamento do SIVAM foram atribuídos, por determinação presidencial, à Aeronáutica, dada sua experiência na administração do SISDACTA (Aeronáutica, 1998:73). Segundo Bertha Becker, a implementação do SIVAM veio como resposta a um processo de militarização que vem ocorrendo na América Central e na fachada sul-americana do Pacífico. Segundo a autora, após a Guerra Fria verifica-se uma crescente política de transformação dos Andes em “mare nostrum” dos Estados Unidos da América, utilizando a instabilidade política dos países Andinos e a ALCA como contraponto estratégico. Essa política é patente na instalação de bases de operação avançadas na Costa Rica, no Panamá, em Curaçau, no Equador, além do Plano Colômbia (Becker, 2002). Numa perspectiva diferente, Isabel Rossi afirma que o SIVAM intensifica a dependência tecnológica do país. A instalação dos radares do SIVAM na região fronteira da Amazônia brasileira, na opinião de Rossi, evidencia a tendência sub-hegemônica do projeto, em outras palavras contratar a Raytheon (uma empresa norte-americana que fornece equipamentos para o Pentágono) para desenvolver o SIVAM, seria o preço para o Brasil ser aceito pelos Estados Unidos como potência hegemônica na América do Sul (Rossi, 2003).

A implantação do SIVAM foi concluída em julho de 2005 e em abril de 2006 o SIPAM ocupou a última instalação construída pela Comissão para Coordenação do Sistema de Vigilância da Amazônia para abrigá-lo.

Governo LULA

No governo Lula, com base no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, foi criado um programa específico para a faixa de fronteira brasileira, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF): O programa tinha por objetivo fortalecer as regiões de fronteira envolvendo a Amazônia, a região central e o Mercosul. Foi uma ótima oportunidade portanto de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul (Brasil, 2009, p. 10).

Esse programa desenvolve-se em quatro grandes diretrizes: o fortalecimento institucional, o desenvolvimento econômico integrado; cidadania; e marco regulatório. Assim, pode-se observar a importância da medida já que abrange aspectos muito pouco explorados em iniciativas anteriores, onde ressalta-se a cooperação com os países vizinhos. (SCHERMA, 2016, p. 69)

Se o lançamento de um programa visando ao desenvolvimento socioeconômico e à cooperação nas fronteiras não significou, contudo, que o governo deixaria de lado as ações relativas à segurança e defesa. É bom lembrar que o governo Lula revisou a Política de Defesa Nacional (PDN), tendo sido aprovada a nova versão em 2005. Ao contrário da PDN de 1996, o documento avança na delimitação de conceitos fundamentais, como defesa e segurança, como vê-se a seguir: (SCHERMA, 2016, p. 69):

- I – Segurança é a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;
- II – defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (Brasil, 2005).

O documento deixa claro, assim, que seu foco é a defesa nacional, uma vez que a segurança está voltada para assuntos internos.

A segunda PDN foi construída, conforme apontou Silva (2008), com maior participação de outros setores além do MD e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ampliando o escopo de seus debates. Quanto às fronteiras, a segunda PDN apresenta visão coerente com aquela apresentada no PDFF. Reconhece que, como últimos espaços terrestres a serem ocupados, as fronteiras continuariam a ser focos de conflitos internacionais. Elege como prioridades a Amazônia e o Atlântico Sul, também pela vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas. Na Amazônia, preconiza-se a garantia da presença estatal e vivificação da faixa de fronteira para amenizar problemas como a prática de ilícitos internacionais. Assim, três diretrizes estratégicas da segunda PDN envolvem diretamente as fronteiras. São elas: “aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil”; “implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira”; e “atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira” (Brasil, 2005)

Existem, ainda, diretrizes que mencionam a cooperação com os países vizinhos, como as seguintes: “intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul” e “contribuir ativamente para o fortalecimento, expansão e a consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa” (Brasil, 2005). Desse modo, a segunda PDN trata da defesa, mas reconhece a necessidade da cooperação (inclusive com outros países) e do desenvolvimento como fatores fundamentais para a sua garantia. O trecho a seguir evidencia essa visão. Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, 2005).

Posteriormente ao lançamento da segunda PDN, o governo Lula tratou de buscar os meios para sua efetiva aplicação. A reorganização das Forças Armadas, bem como a reestruturação da indústria brasileira de material bélico para fomentar os programas previstos na segunda PDN, eram elementos básicos para o funcionamento da defesa nacional. Como passo seguinte nessa direção, o governo instituiu a Estratégia Nacional de Defesa (END) em 2008.

A END diz sobre a importância da presença militar nas fronteiras brasileiras, e destaca a região amazônica como a de maior atenção. Não por acaso, uma de suas diretrizes é “adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras” (Brasil, 2008). Ela reconhece a impossibilidade de “onipresença” das Forças Armadas nas fronteiras, dadas as dimensões continentais do país e todas as dificuldades intrínsecas. A presença das Forças Armadas seria combinada com ações de vigilância remota e movimentação das tropas, conforme aponta o trecho: “a presença ganha efetividade graças à sua relação com monitoramento/controle e com mobilidade” (Brasil, 2008). Para isso, seria necessário reequipar as Forças Armadas. Assim, a END propõe que: as Forças Armadas submeterão ao Ministério da Defesa seus Planos de Equipamento e de Articulação, os quais deverão contemplar uma proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das Hipóteses de Emprego, de maneira a possibilitar: (...)

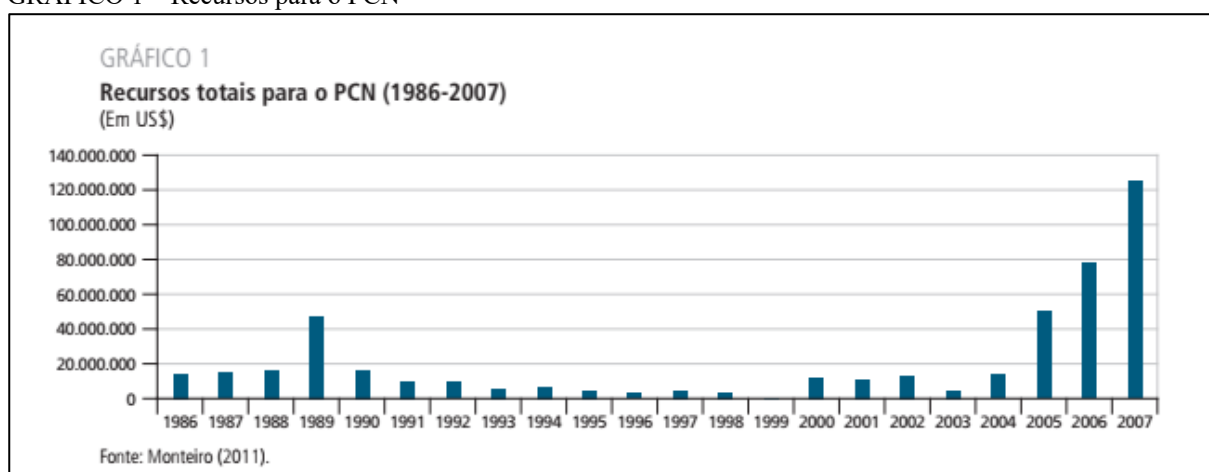
– Que o Sistema de Defesa Nacional disponha de meios que permitam o aprimoramento da vigilância; o controle do espaço aéreo, das fronteiras terrestres, do território e das águas jurisdicionais brasileiras; e da infraestrutura estratégica nacional; (...) – o aumento da

participação de órgãos governamentais, militares e civis, no plano de vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, empregando a estratégia da presença (Brasil,2008).

De posse dessas informações, vemos a importância já intrínseca à END, onde se vê a importância de investimentos na área fronteiriça. Abaixo podemos verificar desse período que houve uma certa melhora na destinação de recursos fim de proporcionar o desenvolvimento e defesa da região, principalmente começando essa melhora no governo Lula:

O gráfico 1 ilustra esse momento e a retomada do programa após a posse de Lula:

GRÁFICO 1 – Recursos para o PCN



Fonte: Defesa Net

Governo Dilma

As principais iniciativas nacionais tomadas durante o governo Rousseff foram de caráter securitário e/ou de defesa. As iniciativas anteriormente citadas são: o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF); a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron) e o Sisfron. A PDN e a END, juntamente a outras iniciativas, como o Policiamento Especializado de Fronteiras (PEF), o Grupo Especial de Segurança de Fronteiras (Gefron), o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (MJ), e também a partir da realização de seminários que contaram com a participação de acadêmicos, civis e militares, foram base para o lançamento do PEF, em 2011. O Decreto no 7.496, de 8 de junho de 2011, instituiu o PEF indicando, já em seu primeiro artigo, que ele visa “o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira” (Brasil, 2011b, art. 1).

Vemos assim que durante esse período houve uma grande preocupação em assuntos relacionados à defesa. Em que pese dificuldade de recursos, foram importantes iniciativas para a manutenção da soberania e desenvolvimento da região.

O PEF é uma elaboração em conjunto entre o MD e o MJ. Ele prevê a atuação do MD com as Forças Armadas, a Marinha do Brasil (MB), a Força Aérea Brasileira (FAB) e o EB, enquanto o MJ atuaria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Federal (PF), e a Força Nacional (FN). Como especificado no segundo artigo do decreto, o PEF prevê a atuação conjunta do Brasil com os países limítrofes por meio da “realização de parcerias para atuação nas ações” e de “ações de cooperação internacional com países vizinhos” (Brasil, 2008, arts. 3 e 4). O PEF é baseado em dois eixos de atuação: a chamada Operação Sentinela e a Operação Ágata. A Operação Sentinela – que vem sendo realizada pelo MJ desde 2010 – é de caráter permanente e tem foco em ações de inteligência, sendo estas intensificadas, passando a contar com o apoio das Forças Armadas. A Operação Ágata é de natureza pontual e temporária, e baseia-se no aumento da presença e do impacto das forças envolvidas em pontos focais da faixa de fronteira. Esta operação envolve a participação das Forças Armadas e o uso de meios como embarcações, aviões e outros veículos militares. A partir dos primeiros resultados do PEF o governo lançou, ainda em 2011, a Enafron, que prevê melhorias na vigilância na Amazônia por meio de patrulhamento aéreo, terrestre e nos 9.523 km de rios e canais que separam o país dos vizinhos.

A Enafron consiste no conjunto de políticas e projetos do governo federal, que tem por finalidade melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil, otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais (Brasil, 2011a). A Enafron tem dois objetivos definidos, a saber: promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo, no sentido de incentivar e fomentar políticas públicas de segurança, uniformizar entendimentos e ações e otimizar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira; e enfrentar os ilícitos penais típicos das regiões de fronteira e promover um bloqueio e a desarticulação das atividades de financiamento, planejamento, distribuição e logística do crime organizado e dos crimes transnacionais, cujos efeitos atingem os grandes centros urbanos e a sociedade brasileira com um todo (Brasil, 2011a). As ações dar-se-ão por meio de operações conjuntas de inteligência dos órgãos federais, sobretudo dos ministérios envolvidos, ligados ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que coordenará e compartilhará as informações para o desencadeamento das operações nas fronteiras. O plano da Enafron consiste em três fases. A primeira constitui-se em operações administrativas de curto prazo, para a estruturação da estratégia. A segunda fase consiste no engajamento e na integração federativa, para promover a estabilização e o enraizamento da Enafron. Por fim, a terceira fase é aquela em que os projetos estratégicos tornar-se-ão ações práticas permanentes. Também como um desdobramento do PDN, da END e da Enafron, as Forças Armadas desenvolvem, ainda, por meio do EB, o Sisfron, que é “um sistema de comando e controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento que

visa dotar a Força Terrestre de meios habilitadores a uma presença efetiva na faixa de fronteira brasileira”, e seu principal objetivo é “fortalecer a defesa territorial e garantir a soberania nacional na faixa de fronteira, aumentando o poder de dissuasão do Estado brasileiro e contribuindo decisivamente com o seu esforço de desenvolver e manter efetivo controle dessas áreas (Brasil, 2014).

O Sisfron abrange distâncias continentais e vai lidar com deficiência de infraestrutura, afastamento dos grandes centros, diversidades regionais e, principalmente, a permeabilidade das nossas fronteiras, desafios que já enfrentamos hoje (Perin, 2011). Em entrevista concedida ao autor, o general responsável pelo Sisfron em Brasília revelou outros aspectos relevantes do projeto, que é também um incentivo à modernização do Exército e um impulso às empresas de tecnologia nacional, já que cerca de 75% do material envolvido com o sistema será de origem nacional (Oliveira, 2014).

Os projetos para a fronteira do governo Rouseff citados acima demonstram que o governo tem dado foco ao desenvolvimento da região e tem incentivado o incremento de nossas forças de defesa.

3. CAPÍTULO III- A MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA: DEFESA E SOBERANIA

3.1 Comando do 9º Distrito Naval e Flotilha do Amazonas

A Marinha do Brasil possui grande importância ao que tange às hidrovias da região amazônica. Ela é responsável pelo desenvolvimento do modal hidroviário, formação profissional para aqueles que atuam nessas hidrovias, fornecendo os conhecimentos específicos e também realiza levantamentos hidrográficos, fundamental para o desenvolvimento do modal hidroviário.

A política do Império e da República, no século XIX, deu à Amazônia uma prioridade bastante modesta. Todavia, a Marinha do Brasil sempre buscou esforçar-se para manter vivos os postos em região de fronteira, e meios de transporte fluvial para supri-los. Entretanto, como nos diz Bertha K. Becker, foi somente entre 1966-1985 que se deu o planejamento regional efetivo da região.

Nos últimos anos, as Forças Armadas vêm ampliando seus efetivos militares na região, mantendo cerca de 30.000 homens e mulheres, sendo 3.000 da Marinha, 22.000 do Exército e 5.000 da Força Aérea. Apenas para comparação, na década de oitenta existam apenas 8.000 militares na Amazônia.

Porém, ainda é um número irrisório, dada a dimensão do ambiente amazônico e as diversas demandas atinentes às Forças Armadas e sobretudo da Marinha. Uma carência, em especial, afeta a vida de todo habitante da região amazônica, o transporte. As principais dificuldades encontradas na rede de transportes da região amazônica dizem respeito à

inexistência de intermodalidade, inexistência de rodovias, restrições ao movimento impostas pelo relevo, pela vegetação e pela hidrografia, carência de combustíveis na área, inexistência de ferrovias, falta de balizamento nas hidrovias, alto custo do transporte por via aérea e sazonalidade do regime dos rios. Sendo assim, a participação das Forças Armadas na agregação, no desenvolvimento regional e no fortalecimento da cidadania se mostrou bastante salutar, o que se tornou efetivo com a continuação do Programa Calha Norte, com suas ações voltadas à soberania, as Ações de Assistência Hospitalar, a manutenção de material cartográfico e as atividades de proteção de fronteiras.

Com relação as condições de saúde, ainda há muito a ser feito para atender às populações que habitam locais onde o apoio governamental tem extrema dificuldade prover apoio. A Marinha do Brasil, percebendo a necessidade de atuar em prol das comunidades da Região Amazônica, tratou de buscar um projeto que atendesse seus anseios. Nesse interim, e com o apoio do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro desenvolveu e executou um dos melhores projetos de embarcação, que se tornou um modelo de adaptação ao meio fluvial e de atendimento às missões de assistência hospitalar. O objetivo era poder se utilizar de um navio com grande autonomia para poder transitar em grandes extensões da Amazônia, alcançando assim as comunidades mais distantes.

Os navios da Flotilha do Amazonas participam como força de apoio nas operações da Marinha do Brasil. Ainda que as operações de cunho humanitário deem mais visibilidade aos trabalhos dos NAsH, nunca se deve esquecer do lado militar que desempenha grande papel estratégico na região, desenvolvendo confiança e identidade nacional. Valores conquistados de maneira rotineira e contínua de extrema importância para manter a integridade territorial. Durante todo o ano são realizadas Operações de Assistência Hospitalar (ASSHOP) e Assistência Cívico-Social (ACISO), que atendem às populações ribeirinhas da Amazônia através dos Navios de Assistência Hospitalar (NasH). A principal meta desses navios é prestar assistência à saúde, no que tange à Atenção Primária, que, segundo a ONU e comprovações científicas, se mostra mais eficaz na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na prevenção de novas ocorrências.

A criação da Flotilha do Amazonas foi uma resposta à abertura da navegação do rio Amazonas às nações amigas, em 1867. A Segunda Guerra Mundial impulsionou a criação do 4º Distrito Naval (4º DN), uma unidade operacional da Marinha, no Pará. Já a divisão do dito Distrito e a ativação do 9º Distrito Naval em Manaus, no ano de 2005, podem ser interpretadas como ações reativas da Marinha às novas ameaças que rondam a Amazônia. Entretanto, outros

elementos devem ser agregados para que se possa compreender melhor o comportamento da Marinha brasileira na região. Dois fatores devem ser levados em conta sempre que se discute a postura estratégica das Forças Armadas brasileiras: (1) as relações civis-militares; (2) a cultura organizacional de cada Força. No plano das relações civis-militares a literatura brasileira já consolidou a tese de que devido à pouca atenção dispensada aos assuntos de Defesa Nacional pelos políticos civis, os militares brasileiros definem suas prioridades estratégicas com um elevado grau de autonomia institucional. Esta autonomia faz com que os fundamentos da cultura institucional de cada uma das três Forças prevaleçam na estrutura militar brasileira.

Os documentos sobre Política de Defesa Nacional aprovados em 1996 e 2005 ratificam esta hipótese. Em ambos os documentos a Amazônia e o Atlântico Sul aparecem como áreas prioritárias para a Defesa Nacional. Sendo a Amazônia um teatro de operações terrestre e o Atlântico Sul um teatro de operações marítimo, é compreensível que o Exército tenha um papel prioritário na preparação da Defesa da Amazônia e a Marinha dedique mais atenção ao espaço geoestratégico do Atlântico Sul. Entretanto, essa “divisão de trabalho” entre as duas Forças Armadas tem um significado mais amplo. Se é compreensível que a Marinha assume o papel principal no teatro do Atlântico Sul, também é esperado que a Força, sem descurar de seu teatro de operações principal, esteja mais presente na Amazônia, já que a região é vista como a principal vulnerabilidade estratégica do país.

No entanto, desde que o Programa Calha Norte foi instituído, as únicas iniciativas de monta da Marinha na Amazônia foram a ativação do 9º Distrito Naval e a transformação do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus em Batalhão de Operações Ribeirinhas e posteriormente em 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas.

Conclui-se, portanto que apesar da presença da Marinha na região, ainda carece de um efetivo maior que possa estar presente e atue com mais rapidez nas longínquas localidades que, pela grande distância dos grandes centros e logística escassa, é desprovida de um maior apoio governamental e fiscalização por parte das autoridades competentes, necessitando ainda de uma maior atenção no que se refere à garantia da soberania e uma maior atuação no que tange à defesa.

O principal órgão operativo da Marinha é o Comando de Operações Navais (ComOpNav). Subordinado diretamente ao Comandante da Marinha, o ComOpNav é composto por nove Distritos Navais (DN), o Comando-em-Chefe da Esquadra e o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. O 1º Distrito Naval está sediado na cidade do Rio de Janeiro, o 2º Distrito Naval em Salvador-BA, o 3º Distrito Naval em Natal-RN, o 4º Distrito Naval em

Belém-PA, o 5º Distrito Naval em Rio Grande-RS, o 6º Distrito Naval em Ladário-MS, o 7º Distrito Naval em Brasília-DF, o 8º Distrito Naval na cidade de São Paulo e o 9º Distrito Naval em Manaus-AM

Na região Amazônica temos o 4º DN, criado em 1933 e sua jurisdição se estende sobre os estados do Pará, Amapá, Maranhão e Piauí.

E o 9º DN, que foi criado em 2005 e desempenha as seguintes tarefas: I – executar operações navais, aeronavais, de fuzileiros navais e terrestres de caráter naval; II – apoiar as Unidades e Forças Navais, Aeronavais, e de Fuzileiros Navais, subordinadas ou não, em operação na Amazônia Ocidental; III – executar as atividades estabelecidas no Sistema de Mobilização Marítima, no que lhe couber; IV – executar atividades de Inteligência e de Contra Inteligência; V – acompanhar o tráfego fluvial; VI – controlar as atividades relacionadas com a segurança da navegação fluvial e lacustre; VII – coordenar e controlar as atividades de Patrulha Fluvial, Inspeção Naval e Socorro e Salvamento nas hidrovias interiores; VIII – cooperar para a preservação e utilização racional das águas interiores; IX – executar atividades estabelecidas na Lei do Serviço Militar; X – concorrer para a manutenção da Segurança Interna em coordenação com as demais Forças Singulares; XI – apoiar o pessoal militar e civil da Marinha e seus dependentes; XII – colaborar com as atividades de Defesa Civil; XIII – estimular e apoiar as atividades de interesse do Poder Marítimo; XIV – orientar, coordenar e controlar as atividades de Assistência Cívico-Social às populações ribeirinhas; XV – exercer as atribuições relativas a Comando Controlador e Comando Redistribuidor das Organizações Militares subordinadas (Marinha do Brasil, 2007).

Estão subordinadas diretamente ao 9º DN sete organizações militares: 1. Comando da Flotilha do Amazonas, 2. Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, 3. 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas, 4. Capitania Fluvial de Tabatinga, 5. Estação Naval do Rio Negro, 6. Depósito Naval de Manaus, 7. 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (Marinha do Brasil, 2007). Entre estas organizações, são operacionais a Flotilha do Amazonas, o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral e o 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas.

A Flotilha do Amazonas tem como missões executar operações ribeirinhas; efetuar patrulha naval nos rios Amazonas, Negro e Solimões; prover assistência hospitalar às populações ribeirinhas e; colaborar na fiscalização da operação de embarcações na área fluvial sob jurisdição do 9º DN (Marinha do Brasil, 2007n). A Flotilha é formada pelos seguintes navios: 1. Navio Patrulha Fluvial Roraima¹⁶², Rondônia¹⁶³, 3. Navio Patrulha Fluvial Amapá¹⁶⁴ 4. Navio Patrulha Fluvial Teixeira¹⁶⁵, 5. Navio Patrulha Fluvial Raposo

Tavares¹⁶⁶, 6. Navio de Assistência Hospitalar Doutor Montenegro¹⁶⁷, 7. Navio de Assistência Hospitalar Oswaldo Cruz¹⁶⁸, 8. Navio de Assistência Hospitalar Carlos Chagas¹⁶⁹ (Marinha do Brasil, 2007).

Já mais voltada para as questões de segurança do tráfego aquaviário, a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental foi criada com objetivos amplos, de manter o controle dos rios da região, possuía atribuições de polícia naval dos portos, de realizar inspeções em barcos, balizas, boias e o ensino do pessoal tripulante empregado na navegação. Antes conhecida Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e dos Territórios do Acre, Guaporé e Rio Branco, foi denominada em 1997, pela Portaria Ministerial nº 276, de 19 de setembro, Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, com jurisdição que abrange os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, perfazendo uma área de 2,2 milhões de km² e cerca de 22.000 km de vias navegáveis. Atualmente, a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC) possui nove OM subordinadas: uma Delegacia Fluvial em Porto Velho, Rondônia; e oito Agências Fluviais, em Boca do Acre-AM, Eirunepé-AM, Guajará-Mirim-RO, Itacoatiara-AM, Parintins-AM, Tefé-AM, Humaitá-AM e Cruzeiro do Sul-AC; e um Destacamento de Inspeção Naval, em São Gabriel da Cachoeira-AM, no Rio Negro, que foi ativado, em 1º de setembro de 2009, com o propósito de inculcar a mentalidade de segurança da navegação junto à comunidade local. Em 2015, foi criada a primeira OM da Marinha no Estado de Roraima, em Caracarái. As OM da Amazônia Ocidental compõem parcela significativa do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) nacional.

Também mais voltada para as tarefas de segurança do tráfego aquaviário, a Capitania Fluvial de Tabatinga foi criada em 26 de novembro de 1969, através do Decreto nº 65.749, era criada a Delegacia de Tabatinga. Suas atuais instalações foram inauguradas em 26 de outubro de 1982. Em 2002, foi elevada à condição de Capitania de segunda classe, passando a ser designada como Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT). A área de jurisdição da Capitania, situada na mesorregião do Alto Solimões e inserida no contexto da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, abrange os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, estendendo-se por mais de 200.000 km², e comportando cerca de 1.700 milhas navegáveis, nas calhas dos principais rios da região: Solimões, Javari, Içá, Jutai, Jandiatuba, Itaquí e Ituí, ao longo dos quais a Capitania é legalmente responsável pela segurança da navegação, prevenção da poluição hídrica e salvaguarda da vida humana. As hidrovias são as verdadeiras estradas na região do Alto Solimões, daí advém a significativa responsabilidade que repousa sobre a Capitania

Fluvial de Tabatinga que, diuturnamente, empreende ações de inspeção naval em cumprimento às Normas da Autoridade Marítima e ações de combate a crimes transfronteiriços conforme o previsto na Lei Complementar nº 136/2010.

Tendo como base as informações acima expostas, pode-se perceber que a Marinha do Brasil é presente no interior, realizando em sua maioria tarefas de segurança da navegação. A flotilha do Amazonas, como explicitado, possui tarefas operativas, porém fica restrito à sede que se localiza em Manaus. Com isso, percebe-se que apesar de ter-se atuação no interior, em questão de defesa, essas regiões longínquas carecem de meios operativos que possam fornecer às localidades mais distantes e regiões fronteiriças a devida atenção no que se refere aos assuntos de defesa. Além da Flotilha, os meios operativos e pessoal ficam sediados em Manaus, como veremos a seguir, que também pessoal e meios de Fuzileiros Navais e meios Aeronavais, fundamentais para composição do trinômio operativo Navios – Helicópteros e Fuzileiros Navais dispendem dias para se preciso for, atuarem em uma possível região de fronteira.

3.2 Os Fuzileiros Navais na Amazônia Ocidental

Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental

A atual doutrina aplicada pela MB às OpRib baseia-se, fundamentalmente, em três documentos: a *Doutrina Básica da Marinha* (DBM), o *ComOpNav-543* e o *CGCFN-1-2*. Na DBM, define-se operação ribeirinha como: “(...) aquela realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou de toda uma Área Ribeirinha (ARib), ou para negá-la ao inimigo”

Operações Ribeirinhas portanto, pela própria definição ocorrem no ambiente ribeirinho, ou melhor, em uma Área Ribeirinha. Tem por tarefa também de obter e manter o controle da ARib. Vemos, assim, um caso incomum: definimos uma operação não pelas ações desenvolvidas ou pelo modo de planejamento, mas sim pelo local onde é executada. Pois bem, as OpRib, conforme a DBM, são definidas pelo local onde ocorrem e não pela forma ou finalidade. Além dessa característica muito particular, as OpRib possuem diversas outras estabelecidas nos três documentos doutrinários citados anteriormente, tais como:

- 1) Operações Ribeirinhas são operações confinadas aos ambientes amazônicos e pantaneiro;
- 2) É inviável o controle de hidrovias interiores sem o controle das áreas terrestres;
- 3) A tropa de fuzileiros navais não se aprofunda em terra;
- 4) A OpRib caracteriza-se por uma forte associação com a calha do rio;
- 5) A tropa está permanentemente ligada aos navios e embarcações;

- 6) A tropa embarcada em lanchas tem como tarefa proteger o deslocamento dos navios;
- 7) O helicóptero orgânico é fundamental às OpRib;
- 8) A OpRib difere, consideravelmente, das demais operações navais; e
- 9) A execução de uma OpRib é baseada no emprego conjugado do navio e de suas lanchas de ação rápida (LAR), da tropa de fuzileiros navais embarcada e das aeronaves.

O Batalhão de Operações Ribeirinhas

O 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas é oriundo do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus, criado em 1985. Cabe ao Batalhão realizar operações ribeirinhas, prover guarda e proteção às instalações navais e civis de interesse da Marinha na região e realizar ações de segurança interna, a fim de contribuir para a segurança da área sob jurisdição do 9º DN e para a garantia do uso dos rios Solimões, Amazonas e das hidrovias secundárias, atingíveis a partir da calha principal desses dois rios (Marinha do Brasil, 2007).

Emprego dos FN no cenário amazônico

Sob o enfoque militar-naval, a Amazônia pode ser considerada em tese um “Teatro de Operação Marítimo (Fluvial)”, devido ao ambiente operacional ser caracterizado prioritariamente por cursos d’água. Nesse sentido, cresce de importância a presença da MB na região, com seus meios navais, aeronavais e de FN, formando o conjugado anfíbio que poderá minimizar as dificuldades de deslocamento de tropas a pé ou motorizada e as grandes distâncias. Os meios de nossa MB na Amazônia Ocidental são empregados inicialmente seguindo a missão do Com9ºDN, a qual prioriza a defesa dessa região, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END). Para isso, são planejadas e executadas operações singulares, conjuntas e até combinadas (BRACOLPER) no ambiente ribeirinho com ênfase às ações fluviais. O conjugado anfíbio na região é facilitado pelo emprego simultâneo dos meios navais, aeronavais e de FN, consolidando características inerentes ao Poder Naval. De acordo com o *Livro Branco de Defesa Nacional*, uma força militar deverá estar em condições de ser empregada por suas capacidades. Nesse sentido, o 1º BtlOpRib é empregado utilizando a organização denominada GptOpFuzNav, que assegura a capacidade expedicionária dos FN de pronto emprego. É importante frisar que a estrutura de GptOpFuzNav do 1º BtlOpRib proporciona ao Com9ºDN a capacidade de projetar poder sobre terra, além de contribuir para dissuasão, dentro do trinômio Navio – FN – Helicóptero. Desta forma, o GptOpFuzNav ampliará a capacidade de uma Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib) executar OpRib, com foco na segurança e no controle das

margens dos rios. Além disso, tal organização é capaz de rapidamente adaptar-se a diferentes perfis da missão, atuando em prol da defesa do estado brasileiro tanto pelo combate convencional como pelo não convencional, em ações humanitárias ou em operações de GLO. Assim, diante das ameaças difusas, o 1º BtlOpRib foca seus adestramentos em ambiente de selva (operações ofensivas e defensivas), combate em localidade, controle de vias fluviais e margens adjacentes, ações de contraguerrilha, defesa de instalações de interesse da Marinha e operações de GLO, incluindo nestas últimas a participação em patrulhas navais capitaneadas pelos navios-patrulha fluvial do ComFlotAM.

Referente às limitações de emprego do GptOpFuzNav pelo Com9ºDN, pode-se citar o transporte de tropa, em virtude da falta de Navios-Transporte Fluvial. Outra limitação é a projeção de poder pelo vetor aéreo, que poderia dar maior rapidez ao desembarque ribeirinho, além de criar um dilema ao oponente.

Quanto aos problemas que afetam a região, podem-se destacar o tráfico de drogas, o contrabando, extração ilegal de madeira e a invasão de terras indígenas por garimpeiros. A grande extensão fronteiriça facilita o trabalho dos narcotraficantes. O território brasileiro é ponto de passagem do tráfico internacional de drogas, sendo grande parte produzida nos países do Alto Solimões. A saída da droga produzida na região ocorre por meio de embarcações que cruzam os rios e, em sua maior parte, por via aérea, utilizando pequenos aviões que decolam e pousam em pistas clandestinas.

As comunicações também caracterizam fatores limitadores da Amazônia e, basicamente, limitadas aos meios de radiodifusão e às comunicações por satélite. Os serviços de telefonia móvel são de curto alcance e a internet apresenta uma baixa taxa de transmissão.

3.3 Perspectivas de incremento de meios e forças

A presença dos Fuzileiros Navais na Amazônia Ocidental, é um fator fundamental para a manutenção da soberania do país. Tendo como base das operações ribeirinhas o trinômio navio–tropa–helicóptero, conclui-se que sua contribuição é imprescindível nesse ambiente. A Estratégia Nacional de Defesa prevê atenção especial às questões referentes à defesa da Amazônia. A Marinha do Brasil, em seus documentos de alto nível, prevê a necessidade de manutenção de capacidades mínimas e específicas voltadas para a garantia de nossos interesses, no que tange à defesa do país, direcionadas ao possível emprego da força, abrangendo ações como apoio médico hospitalar às populações ribeirinhas, apoio aos órgãos de segurança no que tange aos crimes transnacionais em nossas faixas de fronteira.

Com o propósito de apresentar um novo formato para cada FA, relativo à distribuição espacial de suas unidades militares e da quantificação dos meios necessários para atender com capacidade plena o cumprimento de suas tarefas básicas e subsidiárias, foram elaborados planos específicos para comporem o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED) do Ministério da Defesa. No caso da Marinha do Brasil (MB), o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (PAEMB) foi o documento proposto para apresentar a nova formatação do Poder Naval.

O PAEMB prevê um total de US\$ 84,4 bilhões de investimentos, dos quais US\$ 68,8 bilhões seriam recebidos na moldura temporal 2010-30 e US\$ 15,6 bilhões após 2030, subdividido em ações de curto prazo (2010-2014), de médio prazo (2015-2022) e de longo prazo (2023-2030). Reconhecendo as necessidades de defesa e dissuasão, em especial a urgência da defesa da Amazônia, a MB já havia tomado medidas antecipadas às prioridades atualmente estabelecidas. Em 1994, a MB iniciou a implantação em Manaus do Comando Naval da Amazônia Ocidental, órgão então subordinado ao Comando do 4º Distrito Naval (Com 4º DN) em Belém, como um sinal para a criação, em janeiro de 2005, do Comando do 9º Distrito Naval (Com 9º DN). O seguinte passo foi a transformação do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus (GptFNMa) no Batalhão de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), e posteriormente em 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas, atualmente uma das maiores unidades operativas do CFN. Os trechos a seguir da END, demonstram diretrizes voltadas especialmente para a defesa da região amazônica e direcionadas, quase exclusivamente, para a MB e, em especial, para o CFN (ANCORAS E FUZIS, Ano XI, número 43, 2012, p 8):

“(...) duas áreas do litoral continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas” “A Marinha iniciará os estudos e preparativos para estabelecer, em lugar próprio, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável, na abrangência e na densidade de seus meios, à Base Naval do Rio de Janeiro.”; “(...) a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná.” “(...) a Marinha adensará sua presença nas vias navegáveis das duas grandes bacias fluviais, a do Amazonas e a do Paraguai-Paraná, empregando tanto navios-patrolha como navios-transporte, ambos garantidos por helicópteros, adaptados ao regime das águas.” “Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. (...) “Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência.

Entre as ações propostas em termos de articulação, que favorecem a defesa territorial no ambiente ribeirinho, algumas medidas foram planejadas e ainda não se concretizaram:

- a) Criação do Batalhão de Operações Ribeirinhas de Tabatinga; e
- b) Criação do Comando da Brigada de Operações Ribeirinhas.

(REVISTA ANCORAS E FUZIS, Ano XI, número 43, 2012, p 8)

Os meios fluviais, relacionados e quantificados a seguir, serão adquiridos ou modernizados, a fim de atender diretamente as necessidades das bacias hidrográficas relativas à defesa.

- 1) Navios-Patrolha Fluvial (NPaFlu) – 14;
- 2) Navios-Patrolha Fluvial (NPaFlu) – 3 (modernização);
- 3) Navios-Transporte de Apoio (NTrA) – 4;
- 4) Navios-Transporte Fluvial (NTrFlu) – 8;
- 5) Navios de Apoio Logístico Fluvial (NAPLogFlu) – 3;
- 6) Lanchas de Combate (LC) – 72;
- 7) Rebocadores Fluviais (RbFlu) – 3;
- 8) Navios de Assistência Hospitalar – 1 (modernização);
- 9) Navios de Assistência Hospitalar – 5;
- 10) Navios Hidroceanográficos Fluviais (NHoFlu) – 1 (modernização);
- 11) Navios Hidroceanográficos Fluviais (NHoFlu) – 2; e
- 12) Avisos Hidroceanográficos Fluviais (AvHoFlu) – 6.

Além disso, as seguintes organizações serão criadas ou ampliadas:

- 1) Criação da Estação Naval de Tabatinga;
- 2) Elevação da Estação Naval do Rio Negro à categoria de Base Naval;
- 3) Ampliação da Base Naval de Val-de-Cães (BNVC);
- 4) Ampliação do Depósito Naval de Belém;
- 5) Criação do Esquadrão de Helicópteros de Belém;
- 6) Ampliação da Base Fluvial de Ladário (BFLa);
- 7) Ampliação do Depósito Naval de Ladário;
- 8) Ampliação do Esquadrão de Helicópteros de Ladário;
- 9) Construção de Paióis de Munição do Depósito Naval de Belém;
- 10) Construção de Paióis de Munição do Depósito Naval de Ladário;
- 11) Construção de Paióis de Munição do Depósito Naval de Manaus;

- 12) Criação da Estação Rádio da Marinha em Manaus;
- 13) Construção de um Hospital Naval na Região Norte/ Nordeste para atender à 2ª Esquadra;
- 14) Construção do Hospital Naval de Manaus.

(Idem)

Os seguintes meios navais, por suas características, funcionalidades e por poderem operar sem adaptações significativas em águas interiores, serão adquiridos ou modernizados.

- 1) Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG) – 16;
- 2) Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM) – 32;
- 3) Navios-Varredores (NV) – 4 (modernização);
- 4) Navios-Varredores (NV) – 8;
- 5) Navios Caça-Minas (NCM) – 8;
- 6) Rebocadores de Alto-Mar – 5 (modernização);
- 7) Rebocadores de Alto-Mar – 13;
- 8) Diques Flutuantes (DFL) – 4;
- 9) Navio-Hospital (NH) – 1;
- 10) Veículos de Desembarque por Colchão de Ar (VDCA) – 8;
- 11) Navios-Patrolha (NPa) – 62;
- 12) Navios Hidroceanográficos (NHo) – 4 (modernização);
- 13) Navios Hidroceanográficos (NHo) – 4;
- 14) Navios Hidroceanográficos Faroleiros (NoHF) – 5 (modernização);
- 15) Navio Hidroceanográfico Faroleiro (NoHF) – 1; e
- 16) Aviso Hidroceanográfico – 1.

(Idem)

Além do que foi citado, está prevista a criação de outras tantas capitanias, delegacias e agências (em torno de 40 unidades), distribuídas nas diversas bacias e sub-bacias do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso, o que contribuirá na manutenção da presença do Estado em regiões de difícil acesso, até mesmo para os atuais meios navais das Flotilhas ribeirinhas. (REVISTA ANCORAS E FUZIS, Ano XI, número 43, 2012, p 8)

Outro grande avanço, em prol da nossa capacidade de operar nos rios, está sendo discutido no Grupo de Trabalho-14 (GT-14) do PAED conduzido pela MB, o qual trata da aquisição de Embarcações Anfíbias e Lanchas de Combate. Atualmente, estuda-se a obtenção de 74 lanchas de assalto para serem usadas no ambiente. O uso desse tipo de lancha, na quantidade que se planeja adquirir, trará novas expectativas e possibilidades no emprego de

forças ribeirinhas, em função de sua velocidade, capacidade de transporte de tropa, blindagem e poder de fogo. Teoricamente, com essa quantidade de embarcações, seria possível transportar, com sobras, todo o BtlOpRib até Tabatinga (1600 km de distância) em, aproximadamente, 24 horas. (REVISTA ANCORAS E FUZIS, Ano XI, número 43, 2012, p 8)

Finalmente, diante do que foi orçado no PAEMB, a mais importante ação planejada que favorece a defesa da região norte, será a criação da Segunda Esquadra, a qual comportará outra Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), que, segundo estudos iniciais, poderá estar sediada na localidade da Ponta da Espera, na Ilha do Medo, na baía de São Marcos, em São Luís do Maranhão. Essa esquadra será a maior garanta dissuasória às portas do Amazonas, que se completará, no cumprimento de suas tarefas e propósito, com as flotilhas do Norte. Sendo assim, se ao menos for cumprida uma pequena fração do que foi estipulado no PAEMB, realmente mudaremos o quadro da defesa do território norte, ficando em posição bem mais confortável que a atual. A MB terá real capacidade de influir nas bacias hidrográficas e de apoiar a força terrestre em uma campanha ribeirinha conjunta.

Essa é uma realidade ainda distante, porém há essa preocupação em incremento das forças na região amazônica. O que acontece atualmente é que o orçamento previsto em defesa se mantém constante, e mesmo que uma maior atenção seja dada à região, ainda sim, com a destinação de recursos atuais não se consegue suprir tais carências.

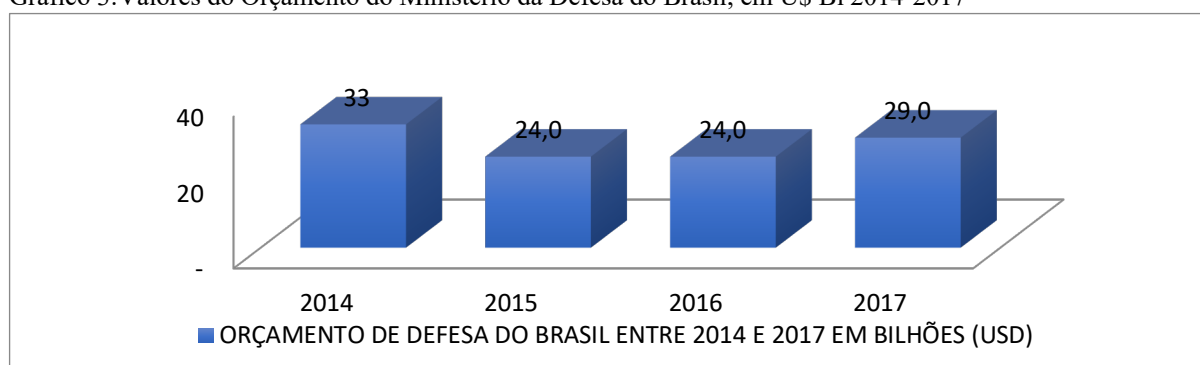
Realizando uma análise quantitativa de investimentos, podemos observar que pela constância de recursos previstos às Forças Armadas, não se consegue obter resultados favoráveis no que tange à aquisição desses meios e implementação desse planejamento.

Grafico 2: Valores do Orçamento do Ministério da Defesa do Brasil, em US\$ Bi 2007-2013

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor em US\$ Bi	29,5	31,4	34,4	38,1	36,9	37,6	31,4

Base: Defesa Net

Gráfico 3: Valores do Orçamento do Ministério da Defesa do Brasil, em U\$ Bi 2014-2017

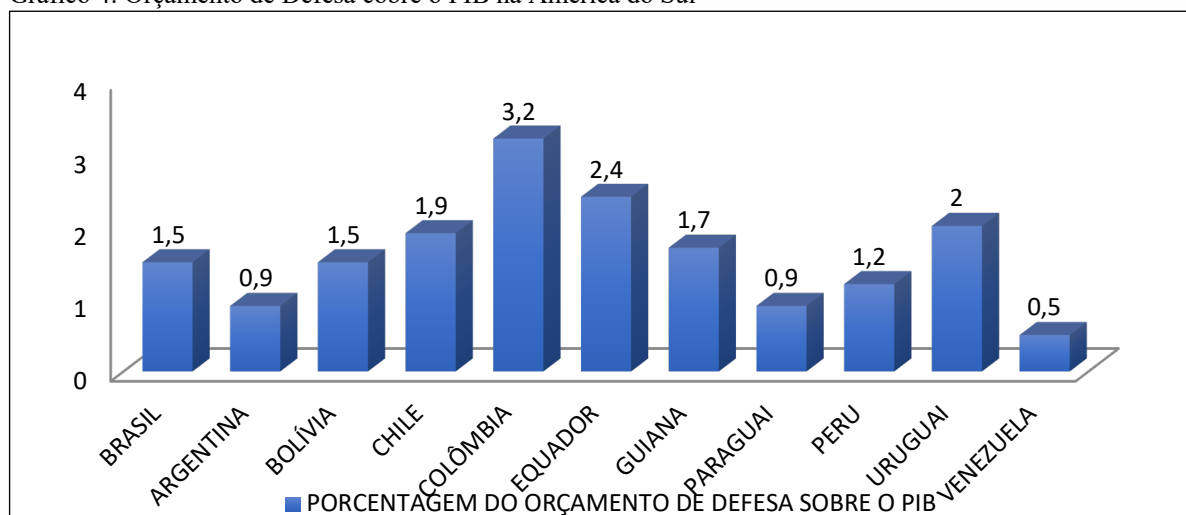


Fonte: Defesa Net

Dos gráficos expostos, e fazendo-se uma análise ao PAEMB, vemos que o orçamento em defesa praticamente manteve-se constante nos últimos anos. Ele perfaz uma porcentagem de cerca de 1,5% do PIB do país. A demanda de aquisição e modernização de meios e incremento de pessoal, relacionado à END, não consegue ser suprida com este atual orçamento, mesmo diante do planejamento explicitado até o ano de 2030.

A seguir, podemos observar mais detalhadamente os gastos do Brasil em defesa comparados aos países da América do Sul e do Mercosul como um todo, tendo como base o ano de 2018:

Gráfico 4: Orçamento de Defesa sobre o PIB na América do Sul



Fonte: Defesa Net

Pode-se observar que, comparado com os países da América do Sul, em que pese sermos um dos que mais investem em defesa, o tamanho populacional, territorial e a extensão de fronteiras não se compara com esses países. Em termos relativos, o Brasil fica bem atrás em

relação aos investimentos em defesa e consequentemente tendo relação à garantia de nossa soberania.

Figura 4: Dados do Brasil

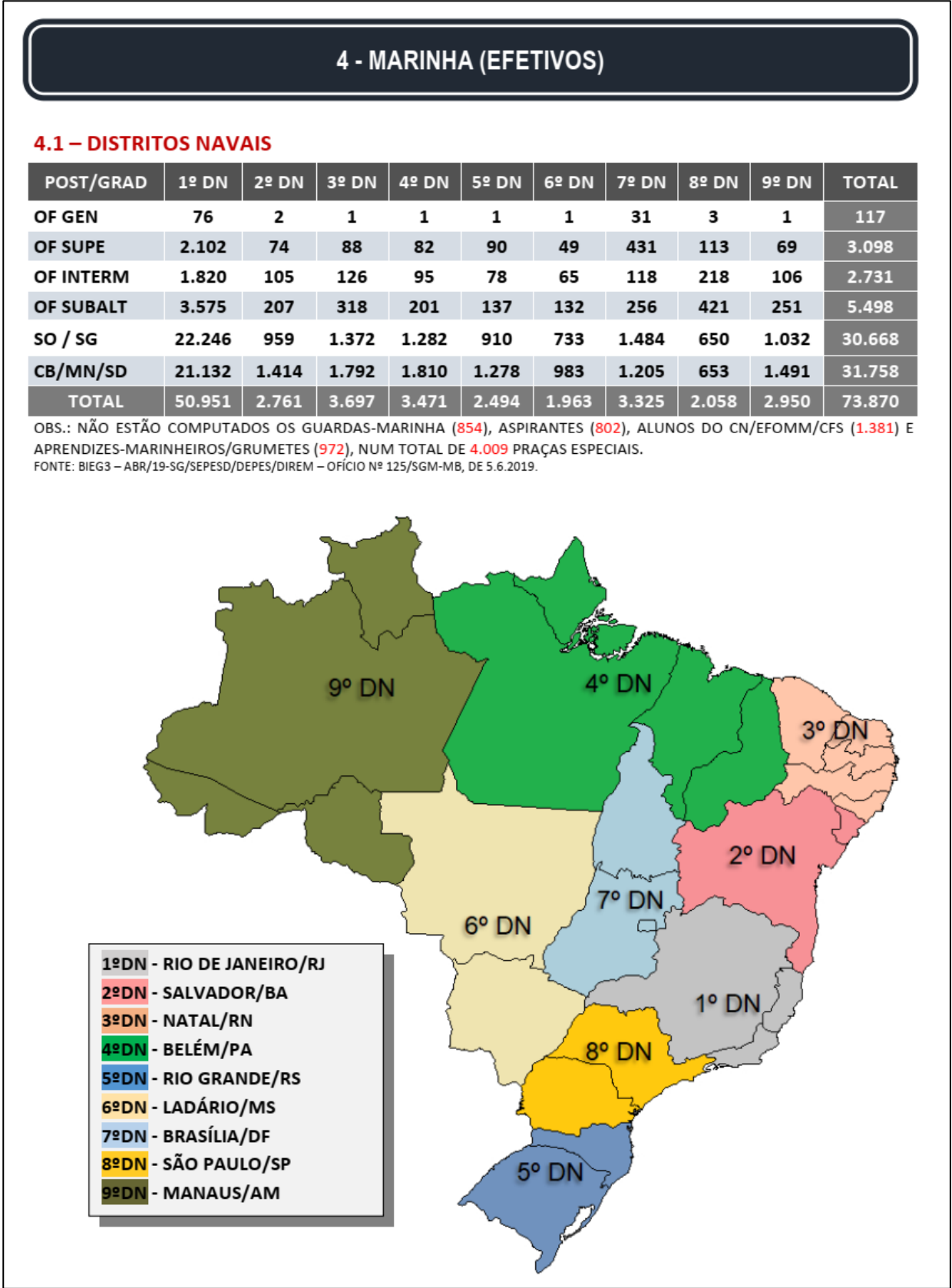
1 - BRASIL DADOS			
1.1 – GEOGRÁFICOS			
DADOS	VALOR	MUNDO	AS
TERRITÓRIO	8.515.767,049/KM ²	5º	1º
FRONTEIRAS	16.886 KM	3º	1º
LITORAL	7.491 KM	-	1º
ÁGUAS JURISDICIONAIS	5,7 MILHÕES DE KM ²	-	1º
ESPAÇO AÉREO	22,1 MILHÕES DE KM ²	-	1º
PAÍSES LIMÍTROFES	10	3º	1º
MAR TERRITORIAL	22 KM (12 MILHAS NÁUTICAS)	MAR + ZEE = 3,6 MILHÕES/KM ² (AMAZÔNIA AZUL)	
ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE)	370 KM (200 MILHAS NÁUTICAS)		
AMAZÔNIA LEGAL	FRONTEIRA	12.390 KM	
	ÁREA	5.217.423 KM ²	
ÁREAS FLORESTAIS I (*)	312 MILHÕES DE HECTARES (2017)	2º	1º
ÁREAS FLORESTAIS II	37% DO TERRITÓRIO DO PAÍS (2017)		2º
DESFLORESTAMENTO (**)	7.900 KM ² /ano (2018 - ESTIMADA)		3º

Fonte: (*) SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - MAPA ([LINK](#)) - (**) <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php> -

Fonte: Memento da Defesa (Edição 85)

Analisando-se esses dados, pode-se observar a extensão em fronteiras do território brasileiro, sendo o 3º país do mundo que mais possui fronteiras, sendo cerca de 75% dessa extensão correspondente a fronteiras com a região da Amazônia Legal. Com relação a relação de extensão de faixas de fronteiras da Amazônia Legal e o litoral, chega-se à conclusão de que a extensão de fronteira Amazônica é cerca de 80% maior que a faixa de litoral.

Figura 5: Efetivos da Marinha do Brasil



Fonte: Memento da Defesa (Edição 85)

Figura 6: Efetivos MB

DISTRITO NAVAL	EFETIVO	EXISTENTE	% DO EXISTENTE	UF
1º DN (2)	51.702	50.951	68,97%	Minas Gerais
				Espírito Santo
				Rio de Janeiro
				TOTAL
2º DN	2.837	2.761	3,73%	Bahia
				Sergipe
				TOTAL
3º DN	3.644	3.697	5,00%	Alagoas
				Ceará
				Paraíba
				Pernambuco
				Rio Gde do Norte
				TOTAL
4º DN	3.294	3.471	4,69%	Amapá
				Maranhão
				Pará
				Piauí
				TOTAL
5º DN	2.508	2.494	3,37%	Rio Grande do Sul
				Santa Catarina
				TOTAL
6º DN	2.021	1.963	2,65%	Mato Grosso
				M Grosso do Sul
				TOTAL
7º DN	3.600	3.525	4,77%	Distrito Federal
				Goiás
				Tocantins
				TOTAL
8º DN	1.924	2.058	2,78%	São Paulo
				Paraná
				TOTAL
9º DN	3.017	2.950	3,99%	Acre
				Amazonas
				Roraima
				Rondônia
				TOTAL
TOTAL (3)	74.547	73.870	100%	TOTAL

Fonte: Memento da Defesa (Edição 85)

Já no quadro acima, temos que o efetivo empregado na região do 9º Distrito Naval, corresponde a cerca de 4 % do efetivo total da Força, contudo, como vimos anteriormente, a extensão fronteira amazônica corresponde a cerca de 75% da extensão total de fronteiras, e ainda a cerca de 50% do total da extensão do território, se considerarmos a região do litoral somada às áreas fronteiriças terrestres. Assim, conclui-se que apesar de grande avanço em relação ao efetivo e meios na região, ela ainda carece de uma maior presença na área, virtude da grande área e extensão pertencentes à hiléia amazônica.

CONCLUSÃO

Não faltam esforços em âmbito regional para manter a segurança e a defesa do território amazônico. “No plano regional, a aproximação estratégica tem sido o fator de maior contribuição à relativa estabilidade em matéria de defesa e segurança” (LOURENÇO, pg. 44). Mas não é só neste âmbito que o Brasil ratifica políticas, mas em âmbito nacional também possui mecanismos atuantes, contando com apoio das Forças Armadas, que atuam como agentes do Estado.

A Marinha tem sua participação por meio do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), com sede em Manaus. É composto por sete organizações militares diretamente subordinadas, sendo estas a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, Comando da Flotilha do Amazonas, Estação Naval do Rio Negro, Batalhão de Operações Ribeirinhas, Depósito Naval de Manaus, Capitania Fluvial de Tabatinga e 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral. “O Com9ºDN tem como propósito, contribuir para o cumprimento das tarefas de responsabilidade da MB, na Amazônia.

Em que pese a MB ter organizações em locais interiorizados na Amazônia, ela é em sua maioria constituída por órgãos de fiscalização, sem possuir uma capacidade específica em defesa. Como vimos nos quadros já mencionados, ainda carece a região de um maior efetivo de pessoal, meios e organizações militares operativos, tais como vimos as que são subordinadas ao ComFlotAm, ficando estes sediados em Manaus. Como pudemos observar, o PAEMB prevê uma maior participação da Marinha em porções mais distantes, meios que possam ter uma rápida resposta em situações do uso da força em regiões fronteiriças.

O orçamento previsto em defesa, como vimos também se manteve praticamente constante nos últimos anos e, portanto, esse planejamento tende a não ser realizado conforme a data prevista. Comparando com os países da América do Sul, vimos alguns casos bastante interessantes, como Colômbia, Bolívia, Chile, Equador e Colômbia que possuem um orçamento

relativo igual ou superior ao nosso. Com todo nosso potencial e extensão territorial, seria importante uma maior adequação de igualarmos-nos a eles em termos relativos. Com isso, o orçamento atual em defesa passaria de 1,5% do PIB, para o montante de 2% a 3%, o que nos colocaria em pleno alinhamento aos planos de reaparelhamento e presença na região amazônica, conforme idealizado.

O Plano prevê que a região carece de todo um aparato de meios, porém, necessita de maiores recursos para que possa ser implementado. O 9ºDN, compreendendo uma região tão grande, conta com apenas com cerca de 4% de seu efetivo total empregado na área. O fato, porém, é que apesar da região litorânea contar com quase 70% do efetivo, as questões referentes a defesa de nossa costa e nossa Amazônia Azul, demanda tal quórum. Seria preciso então um aumento de pessoal, concomitante com um aumento de meios dispendidos para essa complexa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. **Marinha do Brasil. A Marinha na Amazônia Ocidental**.

_____. Ministério da Defesa. Memento nº 85. Brasília: Ministério da Defesa: Departamento de Organização e Legislação, 2019. 165 p. 1. Brasil – Defesa 2. Brasil – Forças Armadas.

CASTRO, Therezinha de. **Nossa América: Geopolítica Comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **Geopolítica E Forças Armadas Na Amazônia: Desafios Políticos E Institucionais Para A Defesa No Século XXI**. Paper do NAEA (Núcleo de Altos Estudos. Amazônicos), out/2009.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções de poder**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

_____. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

_____. **Geopolítica e Modernidade**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.

_____. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

_____. **Uma geopolítica Pan-Amazonica**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

REVISTA ANCORAS E FUZIS, Ano XI, número 43, 2012, p 8.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, v. 5, nº 1, jan/jun. 2018, p. 87-114
DOI:10.26792/RBED.v5n1.2018.75091 ISSN 2358-3932.

REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.933-952, 2013. (ISSN – 2237-1419).

SCHERMA, Márcio Augusto. **Políticas de Defesa e Segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma**. Em Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 22 | Jan./Abr. 2016.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa Silva. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. **A Presença da Marinha do Brasil na Amazônia**. PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e o Pacífico - vol. 01, n. 01 – fev. /jul. de 2015.